

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2004

ÍNDICE

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

ENQUADRAMENTO MACROECONÔMICO

Ambiente Macroeconômico
Novo Modelo do Setor Elétrico

BALANÇO ENERGÉTICO

Mercado Cativo
Mercado Livre e Outras Concessionárias
Compra de Energia
Transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE
Leilões de Energia
Perdas Técnicas e Comerciais na Distribuição

TARIFAS

Revisão Tarifária 2003
Reajuste Tarifário 2004

ATIVIDADE COMERCIAL

Atendimento Comercial
Combate às Perdas Comerciais

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico
Expansão do Sistema Elétrico
Eletrificação Rural
Manutenção
Qualidade de Serviço

PROGRAMA INTEGRADO DE MODERNIZAÇÃO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estoques e Compras
Programa Eficiência
Outras Medidas de Eficiência

RECURSOS HUMANOS

MEIO AMBIENTE

BALANÇO SOCIAL

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Investimento
Endividamento
Geração de Caixa

AUDITORIA EXTERNA

PERPECTIVAS E NOTA FINAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro e o crescimento do consumo de eletricidade, resultante do forte desempenho da atividade econômica nacional, foram eventos importantes no ano de 2004. O novo Modelo foi concebido para garantir a oferta de eletricidade, atraindo os investimentos necessários para o setor com vista à expansão do sistema, e proporcionar a modicidade tarifária. O crescimento da economia brasileira possibilitou o aumento em 7,2 % da energia distribuída pela Bandeirante relativamente a 2003, ultrapassando a energia distribuída no período anterior ao racionamento.

Devido à migração de clientes para o ambiente de contratação livre, a venda de energia elétrica ao mercado cativo apresentou uma redução de 7,6% em relação ao ano anterior, com conseqüente impacto na receita da Empresa. Contudo, atendendo que a margem da empresa distribuidora está associada à energia distribuída na sua área de concessão, esta redução não afeta os resultados da Empresa.

As principais diretrizes estratégicas definidas para o triênio 2002-2004 foram: – a criação de valor para os acionistas através do aumento da produtividade e eficiência; – a modernização da Empresa como forma de sustentar os resultados e melhorar a qualidade do serviço prestado aos seus clientes; – e a implementação de políticas de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

A Bandeirante vem implementando medidas que visam a melhoria de eficiência, com especial destaque para a redução das despesas operacionais e para o combate ao desperdício, e participou ativamente no Programa de Eficiência realizado no âmbito do Grupo EDP no Brasil, buscando sinergias com as outras empresas do Grupo. No período de 2002 a 2004, as iniciativas de eficiência permitiram reduzir, em termos reais, em cerca de 18% as despesas por cliente com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros.

Relativamente ao Programa Integrado de Modernização, iniciado em 2002 e no qual foram já investidos R\$ 144 milhões, os principais projetos encontram-se praticamente terminados.

A automação e o telecomando das redes elétricas estão em grande parte concluídos, com cerca de 80% das subestações existentes adequadas ao Sistema de Comando e Controle e já supervisionadas e comandadas pelo Centro de Operação do Sistema da Bandeirante, em serviço desde 2003.

Após a implementação do Sistema Integrado de Gestão e Informações Empresariais em 2000, ao nível das tecnologias de informação destaca-se a recente implementação do Sistema de Informações Técnicas para gerenciamento das redes elétricas e do Sistema de Gestão Comercial para suporte às atividades de atendimento, contratação, leitura, faturamento e arrecadação.

As novas tecnologias introduzidas na rede elétrica e as tecnologias de informação implementadas colocam a Bandeirante entre as mais modernas empresas de distribuição de eletricidade do mundo.

As ações de valorização e desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores da Bandeirante têm vindo a merecer uma especial atenção por parte da gestão da Empresa, visando sustentar a criação de valor, suportar a modernização tecnológica e proporcionar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos que trabalham na Bandeirante. Nestas ações foram investidos mais de 2,4% dos gastos com pessoal no triênio 2002-2004.

A concretização dos investimentos em modernização, a melhoria da eficiência e o desenvolvimento dos colaboradores da Empresa permitiram um aumento significativo da produtividade e da qualidade de serviço. Nos últimos três anos, a produtividade, medida pelo índice de clientes por colaborador, aumentou 34%. A qualidade de serviço, medida pela duração e frequência das interrupções de energia elétrica, melhorou em mais de 35% no mesmo período.

A entidade reguladora Aneel decidiu reduzir a Base de Remuneração Regulatória (BRR) provisória considerada na Revisão Tarifária Ordinária de outubro de 2003, originando uma redução significativa da tarifa. Embora a nova BRR continue sendo provisória, a Administração da Bandeirante resolveu, por razões de prudência, fazer refletir a nova tarifa nas contas da Empresa, do que resultou, no 3º trimestre deste exercício, um impacto negativo de R\$ 70 milhões no Resultado Líquido, dos quais R\$ 14 milhões referentes ao exercício anterior. Entretanto, a Empresa vem defendendo junto da Aneel o reposicionamento definitivo das tarifas de acordo com a BRR constante de laudo elaborado por avaliador independente credenciado pelo Regulador.

Após o sucesso das duas emissões de Notas Promissórias realizadas no mercado local em 2003, durante o exercício de 2004 foi concretizado um financiamento de longo prazo de US\$100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com um consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, com garantia de recebíveis da

Empresa e destinado a projetos de investimento realizados no triênio 2002-2004. Esta operação de financiamento no mercado externo – pioneiro no setor elétrico brasileiro – visou adequar o perfil da dívida contraída ao prazo de maturação dos investimentos realizados na remodelação e expansão da rede elétrica e nos projetos de modernização. Salieta-se a expressiva melhoria da capacidade de repagamento da dívida, medida pela relação Dívida / EBTIDA, que evoluiu de 3,61 em 2002 para 1,68 em 2004.

Ciente da sua responsabilidade na preservação ambiental e na qualidade de vida dos seus colaboradores e da sociedade em geral, a Bandeirante desenvolveu e vem implementando com sucesso um Sistema Integrado de Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional, Segurança no Trabalho e Comunicação Social.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o Programa Bandeirante Comunidade Educação, iniciado em 2002, apoiou em 2004 mais de 20 mil crianças do ensino básico em 59 escolas, contando com a participação de 160 colaboradores em regime de voluntariado. Como reconhecimento do trabalho realizado destacam-se o prêmio "Top Social" da ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) e o troféu de "Empresa Cidadã" do Fórum Social de Cidadania Empresarial com que a Bandeirante foi homenageada.

Apesar do impacto negativo da redução das tarifas determinada pelo Regulador, o crescimento da energia distribuída, a modernização da Empresa e o aumento da eficiência e da produtividade permitiram obter o melhor Lucro de Líquido de sempre da Bandeirante, no valor de R\$ 130 milhões.

Considerando o desempenho econômico e financeiro da Empresa e a necessidade de otimizar a sua estrutura de capital, em dezembro de 2004 foram distribuídos aos acionistas dividendos intermediários no valor de R\$ 70 milhões, com base nos lucros retidos em anos anteriores e no lucro acumulado até o 3º trimestre de 2004.

A modernização da Empresa e o aumento da eficiência e produtividade já conseguidos permitem encarar o futuro da Bandeirante com confiança, garantindo a sustentabilidade dos seus resultados, dentro de um quadro regulatório estável e adequado.

Joaquim Silva Filipe
Diretor Presidente

ENQUADRAMENTO MACROECONÔMICO

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2004 foi favorável para a economia brasileira, pois foi marcado pelo crescimento do PIB da ordem de 5% em comparação com 2003. A recuperação econômica iniciada a partir do segundo trimestre de 2004 intensificou a demanda interna e, junto com o aumento no preço dos combustíveis, pressionou as taxas de inflação, o que levou o Banco Central do Brasil a interromper a tendência de queda na taxa básica de juros, elevando-a com o objetivo de manter a inflação dentro da meta para os próximos doze meses.

Como consequência de um ambiente macroeconômico favorável, o nível de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Bandeirante cresceu 7,2% em relação a 2003.

Novo Modelo do Setor Elétrico

As regras gerais de comercialização de energia elétrica e de outorga de concessões e autorizações no Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro foram definidas, basicamente, pela Lei 10.848 de 15 de março de 2004 e pelo Decreto 5.163 de 30 de julho de 2004.

O arcabouço regulatório do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu um Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e um Ambiente de Contratação Livre (ACL) e regulamentou a participação dos agentes que intervêm nesses ambientes e suas relações. O ACR é voltado para o suprimento de energia às distribuidoras, no atendimento aos seus mercados cativos, por meio de leilões pela menor tarifa, dos quais participam quaisquer agentes vendedores. O ACL é voltado para operações de compra e venda de energia entre agentes vendedores e compradores (exceto distribuidores) através de contratos bilaterais livremente negociados entre as partes (preço, volume, etc).

De maneira geral, o Novo Modelo do Setor Elétrico foi concebido para atender a preocupação de estabelecer um marco regulatório estável, de forma a atrair investimentos na expansão do sistema de geração, garantir níveis confiáveis de suprimento e proporcionar modicidade tarifária.

A expansão do sistema de geração e a garantia do suprimento são suportadas pelo binômio planejamento/contratação. No que se refere ao planejamento, o Novo Modelo obriga os agentes de consumo (distribuidores, vendedores, auto-produtores e consumidores livres) a preverem suas necessidades para um horizonte relativamente longo, de cinco anos. Estas previsões servem para sinalizar a necessidade de construção de usinas, em tempo hábil, para que estes empreendimentos possam ser licitados e construídos. Os agentes de geração vencedores destes processos de licitação ganham, além do direito de explorar comercialmente o empreendimento que irão construir, contratos de longo prazo (mínimo de quinze anos) de venda de energia celebrados com os agentes de distribuição.

BALANÇO ENERGÉTICO

Balanço Energético da Bandeirante em GWh	2004	2003
Total de energia elétrica que entrou na rede	13.442	12.390
Comprada mediante contratos de suprimento, Itaipu e bilaterais de longo prazo	10.086	11.107
Montante líquido das transações de curto prazo	357	(152)
Perdas de transmissão e acordos contratuais	(375)	(402)
Para clientes livres e outras concessionárias	3.375	1.837
Total de energia elétrica que saiu da rede	(12.209)	(11.387)
Energia faturada a clientes cativos	(8.812)	(9.540)
Consumo próprio	(2)	(4)
Energia não faturada	(20)	(6)
Para clientes livres e outras concessionárias	(3.375)	(1.837)
Perdas totais	(1.234)	(1.003)
Perdas totais em % sobre o total que entrou na rede	9,2%	8,1%

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, no ano de 2004, foi de 12.209 GWh, o que representa um acréscimo de 7,2 % sobre o ano anterior. Tomando-se como base de comparação o ano 2000, ano imediatamente anterior ao Programa Emergencial de Racionamento de Energia Elétrica, observa-se um crescimento de 1,9% no total da energia distribuída em 2004.

Mercado Cativo

A energia elétrica faturada ao mercado cativo totalizou o montante de 8.812 GWh, o que representou uma redução de 7,6 % sobre o ano de 2003. Esta redução deve-se à migração de clientes cativos para a categoria de clientes livres, fato este que pode ser observado principalmente no consumo da classe industrial (49% do mercado cativo) que diminuiu 16,7% em relação ao verificado no ano anterior.

Como reflexo do crescimento do país, associada à queda do índice de desemprego e ao crescimento vegetativo do número de clientes verificado em 2004, a classe residencial (26% do mercado cativo) apresentou evolução positiva de 7,1% em relação a 2003.

A classe comercial (14% do mercado cativo) também registrou um acréscimo de 4,7% no mesmo período, resultado que se deve principalmente a investimentos efetuados em ampliação e modernização de instalações.

As demais classes (11% do mercado cativo) acumularam uma redução de 6,1%, devida principalmente à saída de clientes livres durante o período.

Com relação ao número total de clientes, a Empresa encerrou o ano de 2004 com 1,4 milhões, representando um crescimento de 4,2 % sobre o ano anterior.

Mercado Livre e outras Concessionárias

Durante o ano de 2004, a energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e outras concessionárias, totalizou o montante de 3.375 GWh, o que representou um acréscimo de 83,7% sobre o ano anterior.

Compra de energia

Em 2004 a Bandeirante comprou um total de 10.086 GWh para o atendimento do seu mercado e para as perdas no seu sistema, mediante a homologação dos contratos iniciais, bilaterais de longo prazo e energia oriunda de Itaipu. Em relação a 2003, verificou-se uma queda de 1.021 GWh, que se deveu aos requisitos do mercado cativo da Empresa.

Houve redução dos Contratos Iniciais no período de abril a dezembro de 2004, em função de alguns clientes cativos terem exercido a opção de se tornarem livres. A redução foi de 683 GWh/ano e representou uma redução de R\$ 54,4 milhões/ano na compra de energia.

Transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A Bandeirante efetuou, em 2004, transações de compra de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no montante de 357 GWh pelo valor de R\$ 6,4 milhões.

Coube ainda à Bandeirante o pagamento de R\$ 4,9 milhões a título de Encargos de Serviço do Sistema.

Leilões de Energia

A Bandeirante participou em dezembro de 2004 do Leilão de Energia proveniente de empreendimentos existentes para atendimento às necessidades de seu mercado.

Os preços finais do leilão foram inferiores aos preços dos contratos vigentes, sendo que a diferença resultará em benefício a ser repassado para o consumidor.

Perdas Técnicas e Comerciais na Distribuição

Considerando-se o total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, o índice anual de perdas totais (técnicas e comerciais) foi de 9,2 %, o que representa um acréscimo de 1,1 pontos percentuais em relação a 2003.

Dada a relação entre as perdas técnicas e o consumo, cerca de metade do acréscimo das perdas decorre do aumento da energia distribuída. O restante, é relativo às perdas comerciais, parcialmente explicado pelo novo critério de tratamento de anomalias, divergências de cálculos e de faturamento adotado pelo novo sistema comercial – CCS.

TARIFAS

Revisão Tarifária 2003

Uma das etapas previstas no processo de Revisão Tarifária se caracteriza por uma Reavaliação de Ativos – instruída pela Resolução Aneel 493/2002 e pela Nota Técnica 178/2003 – etapa na qual se define a Base de Remuneração Regulatória, vinculada ao valor dos ativos reavaliados, que passa a ser um dos principais componentes na definição do Índice de Reposicionamento Tarifário.

Em outubro de 2003, o Agente Regulador reconheceu provisoriamente (por não estar concluído o processo de reavaliação de ativos) um reposicionamento de 18,08% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Bandeirante e definiu um parcelamento na aplicação do índice homologado, sendo aplicado um percentual médio de 14,68% no próprio ano, com a diferença dividida em parcelas e a ser recuperada por repasse às tarifas nos próximos três reajustes anuais.

A Bandeirante, no curso do ano de 2004, concluiu a avaliação de ativos e submeteu o Laudo de Avaliação ao Órgão Regulador. Não sendo possível auditar o Laudo em outubro de 2004, o Regulador decidiu manter um valor provisório para a Base de Remuneração Regulatória da Bandeirante, arbitrando porém um novo valor, inferior ao reconhecido na revisão tarifária de outubro de 2003, o que implicou na redefinição do índice de reposicionamento publicado naquela data.

Por decisão do órgão regulador, foi arbitrado um novo índice provisório para à Revisão Tarifária de 2003, um ano depois, que passou de 18,08% para 10,51%.

Reajuste Tarifário 2004

A decisão do Regulador, arbitrando um novo valor provisório para a Base de Remuneração da Bandeirante, implicou em uma redução na base tarifária que serviu de referência para o reajuste do ano de 2004. Na seqüência, passou a vigorar um aumento

médio de 15,95%, sendo 11,40% relativo ao reajuste contratual e 4,55% relativo aos componentes tarifários financeiros, externos ao reajuste anual (CVA, Percee, etc).

Em 2004, o encargo CDE – Conta de Desenvolvimento Energético - deixou de ser recolhido apenas pelos clientes cativos, passando a incidir também nas tarifas dos clientes livres. A recuperação do encargo não recolhido por esses clientes no ano anterior, adicionado ao encargo do próprio ano, refletiu num aumento extraordinário para essa categoria.

O Fator “X”, que configura um redutor da inflação a ser refletida no índice de reajuste, foi publicado provisoriamente em outubro de 2003. No reajuste tarifário de 2004, balizado por uma nova metodologia de cálculo implementada pela Aneel e considerando o novo valor provisório da base de remuneração, o Fator “X” foi recalculado em -2,89%, índice que ainda permanece provisório.

ATIVIDADE COMERCIAL

Atendimento Comercial

Em continuidade ao plano de implementação de meios alternativos de recebimento de conta de energia elétrica, que objetiva dar maior facilidade ao nosso cliente, foi ampliada a “Rede Fácil”, que permite pagar as contas de energia elétrica em farmácias e pontos especiais de arrecadação, inclusive fora do horário de atendimento dos bancos. Também foram incluídos novos correspondentes bancários. Devido a divergências de preço, a Empresa foi obrigada a encerrar o convênio para recebimento através das casas lotéricas. Estas decisões conduziram a um aumento dos locais de recebimento disponibilizados aos clientes.

A Bandeirante passou a contar com um novo Call Center prestando serviço de atendimento comercial e técnico aos seus Clientes, durante 24 horas por dia. A performance apresentada é uma das melhores do Setor neste tipo de atividade, visto que 84% das ligações recebidas foram atendidas em até 20 segundos.

Com o objetivo de efetuar um diagnóstico para maximização dos benefícios do Sistema de Gestão de Clientes – CCS, a Bandeirante iniciou o projeto EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE, cuja primeira fase teve como escopo identificar e avaliar os cenários sob as óticas de processos, organização (pessoas e cultura), regulamentação e infra-estrutura tecnológica de que resultou um conjunto de projetos que estão em fase de implementação.

Combate às Perdas Comerciais

O combate às fraudes e furto de energia foi intensificado com o aumento do número de equipes, devidamente preparadas e dotadas de equipamentos especiais de detecção. Como resultado, realizaram-se mais de 9 mil inspeções, onde se detectaram 1,7 mil irregularidades, que resultaram numa apuração de receita de R\$ 15 milhões, dos quais R\$ 3,1 milhões já foram recebidos e o restante está em negociação ou tem acordo de pagamento.

Atuando na regularização de áreas clandestinas e contribuindo para redução da exclusão social, foram regularizadas mais de 2300 ligações.

No combate às perdas, destaca-se também o programa de substituição de medidores defeituosos, tendo sido substituídos cerca de 7,5 mil medidores.

Não obstante o índice global de perdas ser aceitável para uma distribuidora, face ao aumento verificado, as ações antes referidas estão a ser intensificadas.

REDE ELÉTRICA

Caracterização do sistema elétrico

O sistema elétrico da Bandeirante é composto por 57 estações com 3 mil MVA instalados, 866 km de rede de alta tensão, 24 mil km de redes de distribuição em média e baixa tensão e cerca de 49 mil transformadores de distribuição com 2,5 mil MVA. O sistema elétrico atingiu a ponta de demanda de 2035 MVA no mês de outubro de 2004.

Expansão do sistema elétrico

Para atendimento da demanda do mercado, com níveis de qualidade exigidos pela legislação, foram investidos R\$ 56 milhões na expansão e adequação das redes elétricas, na ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição e iluminação pública.

Destaca-se a construção da estação de transformação em Maresias, no município de São Sebastião, agregando uma potência de 15 MVA e beneficiando diretamente a população do litoral Norte, principalmente nos períodos de verão.

Foi também iniciada a construção da linha de transmissão Norte-Nordeste, localizada no Parque Ecológico do Tietê, que permitirá interligar duas estações terminais que suprem a Bandeirante e viabilizar o remanejamento, através do sistema de subtransmissão, de cargas de até 300 MVA, bem como postergar, sem prejuízo da qualidade de serviço, investimentos significativos na ampliação destes terminais. Adicionalmente, esta obra aumentará a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica ao município de Guarulhos.

Também foram ampliadas as estações de transformação Valter José dos Santos, José Centro, Barra do Una e Bonsucesso, disponibilizando uma potência adicional de 30 MVA.

Eletrificação rural

Na sequência da implementação dos programas de eletrificação rural, que beneficiaram mais de 4 mil famílias ao longo dos últimos quatro anos, a Bandeirante firmou em maio de 2004 um convênio com a Eletrobrás, aderindo ao Programa Luz para Todos, programa do Governo Federal que tem como objetivo universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais e fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais carentes.

Manutenção

Na manutenção de redes elétricas foram gastos cerca de R\$ 13 milhões, envolvendo, entre outros, os serviços de manutenção preventiva das redes de distribuição, das linhas de transmissão e das subestações.

Qualidade de serviço

Como consequência dos investimentos realizados nas redes, da implementação dos projetos de modernização e automação do sistema elétrico e da criteriosa utilização de recursos na sua gestão e manutenção, a Bandeirante vem apresentando constante melhoria do desempenho de seu sistema elétrico. Os indicadores técnicos de qualidade do serviço, notadamente, Duração Equivalente de Interrupção por Cliente - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - FEC foram, respectivamente, de 6,75 horas e 5,76 interrupções, melhores que os padrões de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador.

PROGRAMA INTEGRADO DE MODERNIZAÇÃO

O Programa Integrado de Modernização – PIM, iniciado em 2002, consolidou-se neste exercício, contribuindo decisivamente para dotar a Empresa de maior eficiência, agilidade e flexibilidade operacionais, reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes e assegurar a sustentabilidade dos resultados.

Com investimento total de R\$ 43 milhões no ano, o PIM compreende a implantação do Sistema de Comando e Controle - SCC, do projeto de Automação das Redes de Distribuição, do Sistema de Informações Técnicas - SIT e do Sistema de Gestão Comercial – CCS.

Incorporando as mais modernas tecnologias de supervisão e comando à distância, o SCC permite, a partir do Centro de Operação do Sistema - COS, telecomandar equipamentos, monitorar e sinalizar, em tempo real, qualquer evento que ocorra na rede elétrica, reduzindo o tempo dos desligamentos e de atendimento aos clientes. Tendo sua conclusão prevista em 2005, o SCC já telecomanda 44 das 57 estações em operação na Empresa.

No projeto de automação das redes de distribuição, que consiste no telecomando e telesupervisão de religadoras automáticas a partir do COS, através de comunicação celular, foram instaladas mais 100 unidades, totalizando 210 equipamentos telecomandados.

No âmbito do Sistema de Informações Técnicas - SIT, após a implementação do módulo de gerenciamento de redes elétricas, integrando uma base de cartografia digital, fez-se a complementação do módulo de Cálculos Elétricos e o desenvolvimento do aplicativo de Gestão Espacial e das interfaces com os demais sistemas corporativos, proporcionando maior eficiência e confiabilidade às atividades de engenharia e de gerenciamento de ativos.

O Sistema de Gestão Comercial implementado na Bandeirante foi o IS-U/CCS (Industry Solution for Utilities / Customer Care & Service) da SAP. Este sistema constitui uma referência internacional no mercado de software para “utilities” e tem sido usado com sucesso na Europa e na América do Norte. Na América do Sul e entre as empresas do

setor de energia elétrica, a Bandeirante decidiu pela implementação pioneira desse sistema, que foi desenvolvido em cinco módulos que possibilitam o controle das tarefas de todo o ciclo comercial da Empresa, constituído pelos serviços de atendimento, ligação, leitura, faturamento e recebimento

Também foi implementado em 2004 o Sistema de Folha de Pagamentos e Gestão de Tempos, integrado ao módulo de Recursos Humanos do Sistema Integrado de Gestão Empresarial da SAP, bem como o módulo Real State, para a realização do controle patrimonial de forma integrada com os outros módulos já em uso.

Para suporte aos sistemas e soluções implantadas a partir do Programa Integrado de Modernização e incorporando as mais modernas tecnologias de telecomunicações e de segurança da informação, a Bandeirante implantou uma rede corporativa de telecomunicações de alta capacidade, convergente, para transmissão de voz, dados e imagem.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Pelo quarto ano consecutivo, a Bandeirante está entre as “100 Empresas Mais Ligadas do Brasil”, segundo a revista InfoExame, destacando-se como integrante da vanguarda de TI - Tecnologia de Informação no país. Entre as concessionárias distribuidoras de energia elétrica, a Bandeirante foi a única a figurar na relação em 2004.

Em 2004 foram disponibilizadas novas infra-estruturas de TI para suporte aos projetos de modernização implementados pela Empresa, assim como a formação das equipes de manutenção e estabilização dos referidos projetos. A relação computadores pessoais por colaborador efetivo é de 0,8. Foram realizados projetos de consolidação dos servidores descentralizados e upgrade para o Windows2003 Server e de implementação de novas soluções de Segurança da Informação.

Para atendimento às necessidades adicionais de tráfego, foi implantada uma nova rede corporativa de telecomunicações de alta capacidade, convergente, com gerenciamento “on line” em regime ininterrupto, que integra todos os sistemas técnicos, comerciais, financeiros e de administração, bem como todas as centrais telefônicas, em tecnologia de voz sobre IP (Internet Protocol), permitindo o controle remoto de tarifação, programação, monitoramento e seleção automática de rotas inteligentes para minimizar os custos das ligações, comportando sistemas de videoconferência, televigilância e segurança operativa.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A estratégia adotada para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa se baseou na seleção de projetos que pudessem melhorar o sistema elétrico da Bandeirante, permitindo um melhor atendimento aos clientes através do aumento da confiabilidade, redução de perdas do sistema, melhoria na gestão dos processos, desenvolvimento de ferramentas de auxílio ao planejamento e produtos voltados à melhoria da qualidade da energia elétrica.

No Programa de Eficiência Energética, buscando assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus Clientes, a Bandeirante promoveu diversas atividades e projetos de eficiência energética, que resultaram na economia de 9,3 mil MWh/ano e redução da demanda no horário de ponta da ordem de 8,7 MW, entre outros benefícios.

Merecem também destaque os projetos desenvolvidos em parceria com as Prefeituras Municipais de São José dos Campos e Jacareí. Tais parcerias permitiram a modernização de todo o parque de iluminação pública daquelas cidades, mediante a substituição de aproximadamente 47,5 mil pontos de iluminação por outros mais econômicos e eficientes, que resultaram na economia de 15 mil MWh/ano e redução da demanda no horário de ponta da ordem de 1,5 MW.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estoques e Compras

O valor médio dos estoques de 2004 aumentou 3,2% a preços nominais em relação a 2003, influenciado pela variação dos preços de “commodities” (alumínio, cobre e aço). Atualizando estes valores com base no IGP-M, o valor médio dos estoques da Empresa foi reduzido em 6,9% o que significou uma economia de R\$ 569 mil.

Concomitantemente, a cobertura dos estoques dos produtos que representam 80% do consumo foi reduzida de 53 para 48 dias. O Índice de Rotatividade associado evoluiu de 6,79 para 7,50.

No sistema de e-procurement, implantado pioneiramente no setor de utilities pela Bandeirante desde 2.001, foram realizadas mais de 2 mil operações no exercício de 2.004 - crescimento de 75% em relação ao ano de 2.003 - num montante de R\$ 52 milhões.

Programa Eficiência

O Programa Eficiência do grupo EDP no Brasil visa partilhar experiências e “know-how” entre as empresas do grupo, padronizar procedimentos e tecnologias, potencializar uma cultura já existente de gestão eficiente de custos e reforçar o espírito de grupo.

Deste programa resultaram economias de R\$ 4,5 milhões para a Bandeirante.

Outras Medidas de Eficiência

Foram desenvolvidas e implementadas outras medidas visando o aumento da eficiência, para além das já antes referidas, essencialmente orientadas para a redução das despesas.

A renegociação dos contratos e o compartilhamento de edifícios permitiram diminuir os custos com aluguéis, condomínio e vigilância.

A implementação de meios alternativos de recebimento de conta de energia elétrica proporcionou maior facilidade ao cliente e em conjunto com a renegociação dos contratos com os agentes arrecadadores, possibilitou a redução do seu custo em 14% relativamente ao ano anterior.

Além da implementação da rede de telecomunicações corporativa de alta capacidade, que se traduziu numa redução na tarifa de 57% do Mbps transmitido, fez-se, no âmbito da telefonia fixa, a interligação das centrais telefônicas, através de sistema inteligente de voz sobre IP, resultando numa redução de 19% nos custos.

A instalação de celulares nas centrais telefônicas permitiu a redução de 50% no custo das ligações da rede fixa para a rede móvel.

Adicionalmente, as negociações dos contratos com as operadoras de telecomunicações conduziram à redução de 38% na tarifa de telefonia fixa, 48% nas tarifas do Call Center e 28% nas tarifas de telefonia móvel.

RECURSOS HUMANOS

A Bandeirante efetuou em 2004 a revisão do seu Plano de Cargos e Salários.

A Empresa manteve a sua política de valorização dos seus colaboradores, estimulando o desenvolvimento profissional e pessoal do seu quadro, mediante ações de treinamento interno e externo, participação em eventos técnicos e outras ações, num total de 63 mil horas de treinamento, correspondente a 50 horas por colaborador e a um gasto de R\$ 1,6 milhões.

Para incentivar os seus colaboradores a melhorar a sua formação acadêmica, aumentou o número de bolsa de estudos de graduação universitária e técnica de nível médio, especialização e pós-graduação

É de destacar o treinamento no conhecimento da Empresa, do produto e da sua ferramenta de trabalho dado a todo o grupo de atendimento telefônico do Call Center.

No desenvolvimento de pessoas, destaca-se o programa Jeito de Ser Bandeirante, que tem como objetivo propiciar a todos os colaboradores uma identidade organizacional comum, alicerçada por valores corporativos sólidos, levando-os a uma atuação mais consciente e responsável no dia-a-dia.

Para promover a inclusão digital dos seus colaboradores que não dispõem de microcomputadores no seu trabalho, a Empresa criou Pontos de Informação e Cidadania - PICs que são salas informatizadas com acesso à Internet, Intranet e à rede de informações digitais da Empresa.

O esforço na atualização e aprimoramento do seu corpo profissional também se deu com a renovação de seus quadros, incorporando novos colaboradores com perfil, formação e competências coerentes com os desafios futuros.

Devido a várias ações e em especial aos projetos de modernização, foi possível aumentar em 2004 a eficiência da Empresa e a redução do seu quadro de pessoal efetivo para 1.202 o que permitiu atingir uma produtividade de 1.144 clientes por trabalhador.

MEIO AMBIENTE

Fundamentada nos princípios de desenvolvimento sustentável e com o firme propósito de compatibilizar o desenvolvimento de suas atividades com o meio ambiente e as comunidades locais, a Bandeirante vem empreendendo esforços significativos para o uso racional de recursos e para a conscientização dos colaboradores, fornecedores e comunidades, em relação às questões ambientais, observando atentamente os preceitos estabelecidos na legislação ambiental.

A Bandeirante desenvolveu e está implantando o Projeto SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho e Comunicação Social, fundamentado nas normas internacionais ISO 14.000 e OHSAS 18.000. Após auditoria realizada por empresa especializada e reconhecida internacionalmente, no âmbito do processo de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o SIGA foi aprovado como uma moderna e inovadora solução integrada de gestão.

Esta nova metodologia foi aplicada com sucesso durante a construção da ETD Maresias, localizada no município de São Sebastião.

Também foi obtida a licença ambiental de instalação para a construção da linha de transmissão Norte-Nordeste, localizada no Parque Ecológico do Tietê, ensejando o início do processo de compensação ambiental.

Além da compensação ambiental, a BANDEIRANTE tem adotado todas as providências para minimizar os impactos às comunidades locais durante a construção de seus empreendimentos e incorporado aos projetos adequadas soluções de proteção ambiental.

Ciente de sua responsabilidade na preservação do meio ambiente, a Bandeirante também participa de diversas iniciativas junto ao Poder Público Municipal, para a adequação da arborização urbana, visando um equilíbrio entre os sistemas elétricos e a vegetação local.

BALANÇO SOCIAL

O Projeto Bandeirante Comunidade Educação, envolvendo a participação de 59 escolas de ensino básico público na área de concessão da Bandeirante, beneficiou mais de 20 mil alunos com a distribuição de kits escolares e de higiene bucal e campanhas de arrecadação de agasalhos, brinquedos e livros, que contribuíram para processo de aprendizagem, reforçando o conceito da cidadania. Diversas atividades, desde projetos de reformas e melhorias no ambiente de estudo, passando pelo desenvolvimento de hortas escolares, apresentações teatrais e também a elaboração de mais de 8 mil trabalhos sobre o tema da energia, foram apoiadas por 160 colaboradores voluntários.

A Bandeirante patrocinou diversas manifestações culturais e promoveu projetos de orientação para o uso racional e seguro da energia.

Esta atuação alcançou reconhecimento em diversas esferas, tendo a Bandeirante conquistado os prêmios “Top Social” ADVB e o troféu da “Empresa Cidadã” no Fórum Social de Cidadania Empresarial.

Balanco Social Anual / 2004

1 - Base de Cálculo	2004 Valor (Mil reais)			2003 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			1.833.426			1.695.526
Resultado operacional (RO)			133.735			101.205
Folha de pagamento bruta (FPB)			120.522			116.831
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.242	5,18%	0,34%	6.156	5,27%	0,36%
Encargos sociais compulsórios	33.034	27,41%	1,80%	33.456	28,64%	1,97%
Previdência privada	15.298	12,69%	0,83%	14.347	12,28%	0,85%
Saúde / Qualidade de Vida	5.970	4,95%	0,33%	5.142	4,40%	0,30%
Segurança e medicina no trabalho	769	0,64%	0,04%	2.279	1,95%	0,13%
Educação	323	0,27%	0,02%	n.d	0,00%	0,00%
Cultura	11	0,01%	0,00%	n.d	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	826	0,69%	0,05%	1.036	0,89%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	153	0,13%	0,01%	133	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	3.774	3,13%	0,21%	2.909	2,49%	0,17%
Outros	1.028	0,85%	0,06%	782	0,67%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	67.428	55,95%	3,68%	66.240	56,70%	3,91%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	434	0,32%	0,02%	334	0,33%	0,02%
Cultura	1.250	0,93%	0,07%	53	0,05%	0,00%
Saúde e saneamento	37	0,03%	0,00%	85	0,08%	0,01%
Esporte	4	0,00%	0,00%	6	0,01%	0,00%
Lazer e Diversão	90	0,07%	0,00%	59	0,06%	0,00%
Alimentação	6	0,00%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Outros	401	0,30%	0,02%	283	0,28%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	2.222	1,66%	0,12%	823	0,81%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	688.459	514,79%	37,55%	651.190	643,44%	38,41%
Total dos indicadores sociais externos	690.681	516,45%	37,67%	652.013	644,25%	38,45%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	450	0,34%	0,02%	91	0,09%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	450	0,34%	0,02%	92	0,09%	0,01%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa		não possui metas			não possui metas	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2004			2003		
Nº de empregados(as) ao final do período (inclui aprendizes)	1.232			1.288		
Nº de admissões durante o período	76			91		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			77		
Nº de estagiários(as)	36			30		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	271			253		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	236			222		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,56%			22,55%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	37			33		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,50%			3,50%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	34			35		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	84,73			84,73		
Número total de acidentes de trabalho	10			Zero		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências			direção e gerências		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	direção e gerências			direção e gerências		
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)			todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)			todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos			serão exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva			organizará e incentivará		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	540.790	3.487	742	540.000	3.000	727
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100 %	100 %	17,50 %	100 %	100 %	19,50 %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2004: 1.345.666			Em 2003: 1.105.782		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68,93% governo	5,30% colaboradores(as)		66,60% governo	6,35% colaboradores(as)	
	6,60% acionistas	16,11% terceiros	3,05% retido	2,12% acionistas	21,23% terceiros	3,70% retido
7 - Outras informações						

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O EBITDA (resultado do serviço acrescido de depreciações e amortizações) atingido foi de R\$ 332 milhões, significando melhora de 37% sobre o resultado contabilizado em 2003. Essa melhor performance operacional também pode ser verificada pela evolução da margem do EBITDA sobre a receita operacional líquida, a qual cresceu de 14% em 2003 para 18% em 2004, principalmente pelo aumento de 8% na Receita Operacional Líquida.

O crescimento da Receita Operacional Líquida foi motivado por: - Aumento médio, a partir de outubro de 2003, de 10,51% sobre as tarifas de fornecimento de energia e de 123,6% na TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) paga pelos clientes livres; - Crescimento de 7,2% no volume físico de energia distribuída.

Os custos e despesas operacionais aumentaram 4%, abaixo do Índice Geral de Preços a Mercado (IGP-M), medido pela FGV, que atingiu 12,41% no ano.

O aumento médio da tarifa de compra de energia e o aumento das subvenções setoriais (CCC e CDE) e encargos do uso da rede foram compensados, parcialmente, pela devolução de 9% no volume total de energia comprada, advinda da migração de clientes para o mercado livre e pela redução da taxa do dólar praticada na aquisição de energia elétrica de Itaipu.

Ressalta-se ainda, o incremento nos gastos com licenças de software, serviços de terceiros e amortização, decorrente da entrada em operação dos novos sistemas de informática associados ao Programa Integrado de Modernização, cujo retorno se dará nos próximos anos. As despesas operacionais foram ainda impactadas pelo crescimento da inadimplência, fruto de alterações temporárias nas políticas comerciais na fase inicial de implementação do CCS. Deve-se destacar, no entanto, que o índice de inadimplência da Empresa – 1,45% da receita de fornecimento – está abaixo da média do setor e que já foi iniciado intenso programa de sua recuperação.

O resultado financeiro líquido em 2004 foi negativo em R\$ 114 milhões e, excluindo o efeito do pagamento de juros sobre capital próprio, a análise demonstra que houve uma

sensível melhora em relação a 2003, principalmente, pela redução do custo financeiro na captação de recursos e, também, pela redução em 5% do endividamento bancário médio. O endividamento da Empresa encontra-se substancialmente atrelado a Selic, cuja taxa média no ano de 2004 (16,3%), manteve-se em níveis muito inferiores aos verificados em 2003 (22,8%). A política financeira adotada pela Empresa contempla a eliminação do risco de flutuação cambial do dólar norte-americano através de instrumentos de “hedge” para todas as dívidas contraídas em moeda estrangeira.

O Lucro Líquido de 2004, por prudência da Administração da Empresa, já reflete integralmente uma redução de R\$70 milhões (sendo R\$14 milhões referentes ao ano de 2003), correspondente aos efeitos econômicos da alteração do reposicionamento tarifário retroativo a outubro de 2003, definido pela Aneel, que reduziu o aumento de 18,08% anteriormente concedido para 10,51%. A medida tem caráter provisório até que o órgão regulador valide o laudo de avaliação da base de remuneração realizado por avaliador independente, devidamente credenciado, e já entregue pela Empresa. As eventuais diferenças a serem devolvidas ao consumidor, dependem desta avaliação definitiva da Aneel que ocorrerá em outubro de 2005.

Ainda em relação ao Lucro Líquido de R\$ 130 milhões em 2004, destaque-se que, considerando efeito líquido negativo no resultado de 2004 pela revisão do reposicionamento tarifário de 2003 no valor de R\$ 14 milhões, este resultado representa um crescimento de 184% em relação ao ano anterior.

Em decorrência do melhor desempenho econômico-financeiro em 2004 e das adequações na estrutura de capital da empresa, a Bandeirante decidiu distribuir R\$ 70 milhões em dividendos intermediários em 2004.

Investimento

Em 2004 o investimento totalizou R\$ 120 milhões, incluindo encargos, destinados ao Programa Integrado de Modernização (PIM), à expansão e adequação da sua rede elétrica para atendimento do mercado, à instalação de sistemas de medição, à melhoria da qualidade de serviço, à eficiência energética, ao aumento da flexibilidade operativa do sistema elétrico, à melhoria da iluminação pública e à melhoria das áreas de suporte.

Endividamento

Um dos fatores mais importantes a serem destacados na condução da política financeira da Bandeirante no ano de 2004 é o alongamento do perfil da dívida e, conseqüentemente, na redução no risco de refinanciamento, possibilitando uma maior eficiência na gestão do caixa da Empresa.

Em março de 2004, a Bandeirante assinou um programa de financiamento de US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, programa este pioneiro no setor elétrico nacional. O financiamento, já inteiramente recebido pela Bandeirante, é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Empresa pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de covenants. O financiamento é composto de duas tranches, sendo a Tranche A de US\$ 38,9 milhões, com recursos do BID, juros com vencimento trimestral e principal amortizado trimestralmente entre maio de 2006 e fevereiro de 2012; a Tranche B de US\$ 61,1 milhões, com a participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, juros com vencimento trimestral e o principal amortizado trimestralmente entre maio de 2006 e fevereiro de 2009.

Em Abril de 2004, o BNDES liberou recursos no total de R\$ 78 milhões para suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação na tarifa dos mecanismos de Compensação das Variações dos itens da parcela A - CVA. O vencimento desse empréstimo ocorrerá em novembro de 2006, com amortizações mensais a partir de dezembro de 2004, com garantia em conta bancária através de vinculação de um percentual do faturamento mensal da Empresa.

Através dessas operações e pela gestão eficiente de caixa, a Empresa conseguiu melhorar o perfil da dívida bancária total, reduzindo o endividamento de curto prazo para R\$ 319 milhões ante R\$ 511 milhões em dezembro de 2003.

Além da melhoria no perfil da dívida bancária, o quadro a seguir demonstra a melhoria da capacidade de repagamento da Bandeirante, medida pela relação da dívida líquida e EBITDA:

	2004	2003
Curto Prazo	319	511
Longo Prazo	531	344
Dívida Bancária (*)	850	855
(-) Disponibilidades	(13)	(49)
(=) Dívida Bancária Líquida	837	806
(-) BNDES (Recomp. Tarif. Extra., CVA)	(280)	(231)
(=) Dívida Líquida	557	576
EBITDA	332	231
Dívida Líquida/EBITDA	1,68	2,49

(*) Empréstimos e financiamentos + Encargos + Operações de "swap"

Geração de Caixa

A geração operacional de caixa atingiu R\$ 312 milhões, especialmente pelo crescimento de 37% no EBITDA. Além disso, o caixa foi positivamente impactado pelo ingresso de R\$76 milhões referentes à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), sem efeito contábil no resultado operacional. Em contrapartida, os gastos com as subvenções setoriais (CCC e CDE), a aquisição de energia elétrica de Itaipu e o aumento da alíquota da Cofins, representaram uma saída de caixa não refletida no resultado contábil de R\$ 98 milhões, constituindo montante a ser compensado por futuros reajustes tarifários.

Os efeitos redutores, acima mencionados – subvenções setoriais, energia elétrica de Itaipu e Cofins – fizeram com que a geração operacional de caixa ficasse abaixo do realizado em 2003, o que já está sendo compensado pela revisão tarifária de outubro de 2004.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais**

	2004	2003
	<u>2004</u>	<u>Ajustada</u>
Geração do Valor Adicionado	2.485.115	2.243.198
Receita Operacional	2.509.001	2.265.930
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas Líquidas	(34.682)	(18.032)
Créditos Fiscais Diferidos	10.624	(5.680)
Não Operacional	172	980
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.219.865)	(1.243.339)
Custos da Energia Comprada	(852.991)	(959.145)
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Encargos de Serviços de Sistema	(243.432)	(186.301)
Material	(6.564)	(7.935)
Serviços de Terceiros	(87.884)	(68.226)
Outros Custos Operacionais	(28.994)	(21.732)
Valor Adicionado Bruto	1.265.250	999.859
Depreciações e Amortizações	(84.506)	(72.823)
Valor Adicionado Líquido Gerado	1.180.744	927.036
Receitas Financeiras	164.922	178.746
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.345.666	1.105.782
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	71.378	70.204
Encargos Sobre a Folha de Pagamento (Exceto INSS)	7.279	7.516
Impostos, Taxas e Contribuições	920.342	728.951
Despesas Financeiras	213.593	230.326
Aluguéis	3.256	4.431
Dividendos	88.837	23.431
	<u>1.304.685</u>	<u>1.064.859</u>
Lucro do Exercício Após Dividendos	40.981	40.923
	1.345.666	1.105.782

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONTÁBIL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais

	2004	2003 Ajustada
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	129.818	64.353
Despesas (Receitas) que Não Afetam as Disponibilidades		
Consumidores e Concessionários		
Recomposição de Receita - Atualização Monetária	(38.229)	(56.647)
Energia de Curto Prazo - Atualização Monetária	(615)	(4.703)
Energia Livre - Atualização Monetária e Ajuste no valor Homologado	(34.924)	(11.766)
Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária - Provisão (Apropriação)	10.291	(10.291)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", Líquida - Atualização Monetária	(31.092)	(29.263)
Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e COFINS	(8.450)	
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis - Provisão	(5.983)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.708	3.691
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(9.914)	(28.620)
Depreciação e Amortização	84.506	72.823
Provisão para Contingências - Constituição e Atualização Monetária	4.396	23.351
Déficit Atuarial com a Fundação Cesp - CVM nº 371 - Ajuste	(656)	211
Valor Residual de Bens e Direitos do Ativo Permanente Baixados	5.908	2.671
Resultado de Operações de Swap - Apropriação	73.262	32.182
Obrigações Estimadas - Provisão	12.514	34.301
Diferença de Reposicionamento Tarifário Provisório	64.678	
Empréstimos e Financiamentos - Encargos e Atualizações Monetárias	77.767	144.428
Energia Livre - Atualização Monetária e Ajuste no valor Homologado a Repassar às Geradoras	33.052	11.622
Outros	1.705	(227)
	<u>382.742</u>	<u>248.316</u>
(Aumento) Diminuição de Ativos		
Consumidores e Concessionários		
Consumidores e Concessionários	(91.701)	(65.033)
Recomposição de Receita	75.526	77.953
Energia de Curto Prazo	8.132	109.192
Energia Livre	32.108	21.171
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	36.915	(44.254)
Estoques	1.424	(887)
Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e COFINS	(26.302)	
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", Líquida - Apropriação e Amortização	(61.977)	51.795
Despesas Pagas Antecipadamente	(8.718)	1.893
Depósitos Vinculados a Litígios	(1.009)	(6.811)
Outros Créditos	(6.358)	8.048
	<u>(41.960)</u>	<u>153.067</u>
Aumento (Diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(37.272)	(36.496)
Impostos e Contribuições Sociais	12.554	11.682
Obrigações Estimadas	(23.067)	49.214
Fundação Cesp	(568)	504
Concessionários		(29.388)
Outras Obrigações	19.376	10.433
	<u>(28.977)</u>	<u>5.949</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>311.805</u>	<u>407.332</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao Imobilizado	(119.909)	(136.258)
Obrigações Especiais - Participação Financeira do Consumidor	10.617	7.913
Títulos e Valores Mobiliários	10.827	(9.999)
	<u>(98.465)</u>	<u>(138.344)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos - Ingressos	1.113.984	875.919
Empréstimos e Financiamentos - Liquidações	(1.270.365)	(1.128.494)
Dividendos Pagos	(92.824)	(1.955)
	<u>(249.205)</u>	<u>(254.530)</u>
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(35.865)</u>	<u>14.458</u>
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES		
Disponibilidades no Final do Exercício	12.652	48.517
Disponibilidades no Início do Exercício	48.517	34.059
	<u>(35.865)</u>	<u>14.458</u>

AUDITORIA EXTERNA

Na contratação de serviços não relacionados com a auditoria externa junto aos seus auditores independentes, a Empresa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que consistem, de acordo com os princípios internacionalmente aceites, em:

- o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais do cliente;
- e o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

No exercício de 2004, os únicos serviços prestados à Empresa pelos seus auditores independentes foram os relacionados com os exames da auditoria independente das demonstrações contábeis.

PERSPECTIVAS E NOTA FINAL

A sustentabilidade do crescimento da economia brasileira e, portanto, do consumo de eletricidade dependerá principalmente do aumento do nível de investimentos no país, em especial em infra-estruturas.

Entretanto, as perspectivas para 2005 continuam sendo positivas, com bom desempenho na balança comercial, controle das contas públicas e ambiente externo favorável.

Pelo acompanhamento e apoio recebido do acionista controlador, a Administração da Bandeirante manifesta o seu agradecimento. É também devido um agradecimento aos fornecedores, consultores, instituições financeiras e a todas as entidades que colaboram com a Empresa.

Pela contribuição para os resultados da Empresa, um agradecimento especial aos colaboradores da Bandeirante que trabalharam com competência e dedicação.

Finalmente, um agradecimento especial aos clientes da Empresa, a quem se procurou oferecer os melhores níveis de qualidade do produto e do serviço prestado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em Milhares de Reais

A T I V O

	2004	2003
CIRCULANTE		
Disponibilidades	12.652	48.517
Consumidores e Concessionários	551.548	461.716
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	606	3.363
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.687)	(5.979)
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	28.303	65.218
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.754	44.894
Estoques	5.734	7.158
Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e COFINS	11.403	
Despesas Pagas Antecipadamente	2.143	3.437
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"	102.162	
Outros Créditos	10.981	13.227
	740.599	641.551
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Consumidores e Concessionários	204.553	253.752
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	9.451	9.451
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	5.983	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	350.254	331.200
Depósitos Vinculados a Litígios	17.105	17.329
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A "	207.205	227.612
Ativo Regulatório das Contribuições para o Pis e Cofins	23.349	
Despesas Pagas Antecipadamente	8.868	
Outros Créditos	9.342	8.445
	836.110	847.789
PERMANENTE		
Investimentos	673	673
Imobilizado	855.444	836.566
	856.117	837.239
TOTAL DO ATIVO	2.432.826	2.326.579

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais
P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O

	2004	2003 Ajustado
CIRCULANTE		
Fornecedores	218.852	216.063
Encargos de Dívidas	15.002	12.826
Empréstimos e Financiamentos	297.688	446.919
Tributos e Contribuições Sociais	93.364	80.810
Dividendos	19.498	23.588
Obrigações Estimadas	32.238	39.004
Provisões para Contingências	531	424
Fundação Cesp	15.911	18.090
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A "	41.157	
Outros	59.882	84.987
	794.123	922.711
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	65.569	71.563
Encargos de Dívidas	37	
Empréstimos e Financiamentos	485.886	343.678
Diferença de Reposicionamento Tarifário Provisório	64.678	
Obrigações Estimadas	50.776	54.563
Provisões para Contingências	88.869	84.580
Fundação Cesp	92.569	91.614
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"	28.461	80.931
Reserva para Reversão e Amortização	17.248	17.248
Outros	45.278	1.340
	939.371	745.517
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	254.628	254.628
Reservas de Capital	334.728	334.728
Reservas de Lucros	109.976	68.995
	699.332	658.351
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.432.826	2.326.579

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais (exceto quando indicado)

	2004	2003 Reclassificada e Ajustada
Receita Operacional		
Fornecimento de Energia Elétrica	2.208.215	2.114.738
ECE e EAEEE	119.928	82.515
Outras Receitas Operacionais	180.858	68.677
	<u>2.509.001</u>	<u>2.265.930</u>
Deduções da Receita Operacional		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(18.153)	(15.614)
ECE e EAEEE - Repasse	(98.465)	(68.168)
Impostos e Contribuições sobre a Receita	(558.957)	(486.622)
	<u>(675.575)</u>	<u>(570.404)</u>
Receita Operacional Líquida	1.833.426	1.695.526
Custo do Serviço de Energia Elétrica		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(837.804)	(962.948)
Energia Livre	(15.187)	3.803
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Encargos de Serviços de Sistema	(243.432)	(186.301)
	<u>(1.096.423)</u>	<u>(1.145.446)</u>
Custo de Operação		
Pessoal	(44.189)	(55.505)
Materiais e Serviços de Terceiros	(32.721)	(21.467)
Depreciações e Amortizações	(81.190)	(68.073)
Subvenções - CCC e CDE	(141.219)	(87.552)
Taxa de Fiscalização	(3.202)	(1.629)
Tributos	(2.590)	(1.414)
Outros Custos de Operação	(18.760)	(18.374)
	<u>(323.871)</u>	<u>(254.014)</u>
	<u>(1.420.294)</u>	<u>(1.399.460)</u>
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	<u>(232)</u>	<u>(1.048)</u>
Lucro Operacional Bruto	412.900	295.018
Despesas Operacionais		
Com Vendas	(48.559)	(25.288)
Gerais e Administrativas	(109.292)	(94.527)
Depreciações e Amortizações	(3.316)	(4.750)
Outras	(4.366)	(1.724)
	<u>(165.533)</u>	<u>(126.289)</u>
Resultado do Serviço	247.367	168.729
Resultado Financeiro Líquido	(113.632)	(67.524)
Lucro Operacional	133.735	101.205
Receitas Não Operacionais (líquido de impostos)	6.299	2.253
Despesas Não Operacionais	(6.137)	(1.273)
Resultado Não Operacional	162	980
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	133.897	102.185
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.831)	(32.151)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.624	(5.680)
	<u>(55.207)</u>	<u>(37.831)</u>
Lucro Líquido Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	78.690	64.354
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	51.128	
Lucro Líquido do Exercício	129.818	64.354
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$	3,32	1,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais**

	2004	2003 Ajustada
ORIGENS DE RECURSOS		
DAS OPERAÇÕES		
Lucro Líquido do Exercício	129.818	64.354
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Capital Circulante Líquido		
Consumidores e Concessionários		
Recomposição de Receita - Atualização Monetária	(23.969)	(35.456)
Energia de Curto Prazo - Atualização Monetária	(615)	
Energia Livre - Atualização Monetária e Ajuste no valor Homologado	(29.401)	(8.478)
Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária - Provisão (Apropriação)	10.291	(10.291)
Energia Livre - Atualização Monetária e Ajuste no valor Homologado a Repassar às Geradoras	28.223	8.318
Diferença de Reposicionamento Tarifário Provisório	64.678	
Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e COFINS - Provisão	(8.450)	
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", Líquida - Atualização Monetária	(24.506)	(26.475)
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(5.983)	
Depreciações e Amortizações	84.506	72.823
Exigível a Longo Prazo - Atualizações Monetárias e Juros	39.314	48.207
Valor Residual de Bens e Direitos do Ativo Permanente Baixados	5.908	2.871
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(15.854)	(28.621)
Provisões para Contingências	4.396	23.351
Obrigações Estimadas	12.514	34.301
Provisão - Fundação Cesp	(656)	211
Outros	1.233	1.803
	<u>271.447</u>	<u>146.918</u>
DE TERCEIROS		
Empréstimos e Financiamentos	508.418	1.465
Obrigações Especiais - Participação Financeira do Consumidor	10.617	7.913
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", Líquida		27.495
Obrigações Estimadas		20.262
Receita Diferida		1.038
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante	182.326	113.716
Transferência do Passivo Circulante para Exigível a Longo Prazo	1.611	1.113
	<u>702.972</u>	<u>173.002</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>974.419</u>	<u>319.920</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
NO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Vinculados a Litígios	1.009	6.811
Despesas Pagas Antecipadamente	8.868	
Ativo Regulatório das Contribuições para o PIS e COFINS	27.620	
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", Líquida	20.184	
Outros Créditos	4.336	2.758
Transferência do Ativo Circulante para Realizável a Longo Prazo	3.200	81.639
NO PERMANENTE		
Adições ao Imobilizado	119.909	136.258
NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Transferência para o Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	360.831	191.372
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"	60.646	
Outras Obrigações (Operações de Swap)	488	33.063
Fornecedores	34.217	40.946
Obrigações Estimadas	16.301	
Fundação Cesp		6.912
Outros	337	605
DIVIDENDOS	88.837	23.431
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>746.783</u>	<u>523.795</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>227.636</u>	<u>(203.875)</u>
VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE		
ATIVO CIRCULANTE		
No Final do Exercício	740.599	641.551
No Início do Exercício	641.551	696.037
	<u>99.048</u>	<u>(54.486)</u>
PASSIVO CIRCULANTE		
No Final do Exercício	794.123	922.711
No Início do Exercício	922.711	773.322
	<u>(128.588)</u>	<u>149.389</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>227.636</u>	<u>(203.875)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Milhares de Reais

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	254.628	334.728	4.329	23.743		617.428
Lucro Líquido do Exercício						
Apurado e publicado em 2003					98.655	98.655
Ajuste identificado em 2004 (Nota 13.2)					(34.301)	(34.301)
Lucro Líquido do Exercício em 2003, ajustado					64.354	64.354
Reversão da Reserva de Retenção "pro forma"				(34.301)	34.301	
Proposta para Destinação do Lucro						
Reserva Legal			4.932		(4.932)	
Dividendos (Nota 17.2)					(23.431)	(23.431)
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 17.3)				70.292	(70.292)	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (Ajustada)	254.628	334.728	9.261	59.734		658.351
Lucro Líquido do Exercício					129.818	129.818
Ajuste de Exercício Anterior					(34.301)	(34.301)
Ajuste de Exercício Anterior efetuado diretamente no Resultado de 2003					34.301	34.301
Proposta para Destinação do Lucro						
Reserva Legal			6.491		(6.491)	
Dividendos (Nota 17.2)					(88.837)	(88.837)
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 17.3)						
Constituição da Reserva				92.495	(92.495)	
Reversão da Reserva				(58.005)	58.005	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	254.628	334.728	15.752	94.224		699.332

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
Em Milhares de Reais (exceto quando indicado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

BANDEIRANTE ENERGIA S.A., Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão firmado naquela data. A Companhia atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto do Tietê e Vale do Paraíba, atendendo a aproximadamente 1,4 milhões de clientes e distribuindo aproximadamente 12.209 GWh ao ano (quantidades não auditadas).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Adicionalmente, objetivando a compatibilização aos critérios do grupo a qual pertence e a melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, foram efetuadas as seguintes alterações na apresentação dessas demonstrações, bem como a correspondente reclassificação e ajuste dos valores anteriormente apresentados em 2003, cujas demonstrações financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico em 19 de março de 2004:

- Com o advento das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, que alteraram a sistemática de apuração do PIS e COFINS, respectivamente, para a sistemática de apuração não-cumulativa, o crédito de PIS e COFINS está classificado como redutor da rubrica de Impostos e Contribuições sobre a Receita;
- A despesa com CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras está apresentada na rubrica de Resultado Financeiro Líquido;
- Os Encargos de Capacidade Emergencial - ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE estão classificados, pelo seu valor bruto, no grupo de Receita Operacional e os respectivos ICMS e valor líquido para repasse à CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial no grupo de Deduções da Receita Operacional; e
- O ajuste de exercícios anteriores descrito na Nota 13.2 foi ajustado nas demonstrações financeiras de 2003.

Em função dos ajustes e das reclassificações acima descritos, e adicionalmente ao exigido pelo Artigo 186 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras do exercício de 2003 estão sendo apresentadas "pro forma" com a finalidade de permitir melhor comparabilidade entre aquele exercício social e o encerrado em 31 de dezembro de 2004.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) *Consumidores e Concessionários* - incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- (ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, anteriormente denominada Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE (Nota 4.2);

- (iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição de Receita e à Energia Livre (Notas 3.1 e 3.2); e
 - (iv) O crédito decorrente do Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária de 23 de outubro de 2003 e respectiva provisão integral constituída em 2004 (Nota 4.1).
- b) *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa* - Calculada em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de Consumidores e Concessionários.
 - c) *Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica* - Inclui o saldo remanescente dos valores a receber de bônus, aprovados pelo Despacho Aneel n.º 600, de 27 de setembro de 2002, e os Custos a Reembolsar, ambos decorrentes da implantação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.
 - d) *Estoques* - Avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os materiais destinados ao consumo e manutenção são classificados no Ativo Circulante. Os materiais destinados às obras são classificados em Imobilizado em Curso.
 - e) *Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A"* - Inclui as variações positivas e negativas dos itens da Parcela "A" (gastos não gerenciáveis), previstos no Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica (Notas 3.3 e 6).
 - f) *Imobilizado* - Registrado ao custo de aquisição ou custo de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinada pela Resolução Aneel n.º 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução Aneel n.º 044, de 17 de março de 1999, como descrito na Nota 9.

Em função do disposto no item 4 da Instrução Contábil n.º 10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, são registrados neste subgrupo no custo das respectivas obras (Nota 21).

As Obrigações Vinculadas à Concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

- g) *Demais Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo* - São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.
- h) *Fornecedores* - Inclui o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e o saldo de Energia Livre a pagar a geradores de energia elétrica.
- i) *Empréstimos e Financiamentos* - Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data do encerramento do exercício.
- j) *Demais Passivos Circulantes e Exigível a Longo Prazo* - São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

k) *Resultado* - Apurado pelo regime de competência, incluindo:

- (i) *Receita com Fornecimento de Energia Elétrica* - O fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais e concessionários revendedores, não faturados até a data do encerramento do exercício, são mensurados e registrados contabilmente, de forma que possibilite a contraposição dos custos e das receitas no respectivo exercício;
- (ii) *Conta Consumo de Combustíveis - CCC* - Encargo setorial assumido pelas distribuidoras de energia elétrica, cujos recursos são destinados a fundo específico, administrado pela Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., com o objetivo de subsidiar os gastos com o consumo de combustíveis fósseis das geradoras termelétricas no Brasil;
- (iii) *Conta de Desenvolvimento Energético - CDE* - Encargo setorial assumido pelas distribuidoras de energia elétrica, cujos recursos são destinados a fundo específico, administrado pela Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., para promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos Sistemas Elétricos Interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; e
- (iv) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - Calculados conforme legislação e alíquotas vigentes à data do balanço (25% para o Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social sobre o Lucro). De acordo com as disposições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia registra em suas demonstrações contábeis os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e adições temporárias.

3. RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Para o ressarcimento do montante da Recomposição de Receita, Energia Livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória n.º 14 (convertida na Lei n.º 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais e rurais (exceto os de baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Recomposição de Receita e de Parcela "A", relativos a abertura de crédito no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002.

A Resolução Normativa Aneel n.º 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$119.954 o montante de Energia Livre anteriormente homologado pela Resolução Aneel n.º 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 3.2), alterou para 63 meses o prazo máximo de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução Aneel n.º 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei n.º 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da Recomposição Tarifária Extraordinária prevista no art. 4º da Lei n.º 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução Aneel n.º 482, de 29 de agosto de 2002.

No exercício de 2004 foi faturado o montante de R\$107.633 (R\$99.123 em 2003) e, com base em estimativas, considerando o prazo máximo de permanência da RTE estipulado através da

Resolução Normativa Aneel n.º 1 de 2004, a Companhia não espera futuras perdas patrimoniais.

3.1. RECOMPOSIÇÃO DE RECEITA

Período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002:

Do montante de R\$278.595 homologados através das Resoluções Aneel n.º 480 e 481, ambas de 29 de agosto de 2002, foi amortizado no exercício de 2004 o montante de R\$75.525 (R\$77.953 em 2003), decorrente da aplicação de parte do reajuste tarifário extraordinário. A partir de fevereiro de 2003, parte do valor faturado decorrente da aplicação do Reajuste Tarifário Extraordinário está sendo destinado para amortização da Recomposição Tarifária Extraordinária relativa à Energia Livre, repassada às geradoras, estabelecida pela Resolução Aneel n.º 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada subsequentelemente pelas Resoluções Aneel n.º 89, de 25 de fevereiro de 2003 e n.º 45, de 3 de março de 2004.

Atualização Monetária:

A Resolução Aneel n.º 31, de 24 de janeiro de 2002, determinou que o saldo remanescente da Recomposição de Receita fosse remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, deveria ser utilizada a taxa Selic. No exercício de 2004 foi contabilizado o montante de R\$38.228 (R\$56.648 em 2003) registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras.

	Instrumentos de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada até 31/12/04	Valor Amortizado até 31/12/04	Saldo a Amortizar em 31/12/04
Perda de Receita	Resoluções nº 480/02, 481/02 e 01/04.	278.595	144.230	235.232	187.593

3.2. ENERGIA LIVRE

Período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002:

Durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada, denominada "Energia Livre". A Resolução Normativa Aneel n.º 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou de R\$104.192 para R\$119.954 o montante de Energia Livre. A Companhia procedeu os ajustes em seus registros contábeis em março de 2004, de forma a refletir os efeitos do novo montante homologado. No exercício de 2004 foi amortizado o montante de R\$32.108 (R\$21.170 em 2003), decorrente da aplicação de parte do reajuste tarifário extraordinário mencionado na Nota 3.1.

Atualização Monetária:

O montante homologado está sendo atualizado pela taxa Selic, sendo 50% atualizados a partir de 30 de dezembro de 2002 e os 50% restantes a partir de 4 de julho de 2003, nos termos da Resolução Aneel n.º 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pelas Resoluções Aneel n.º 89, de 25 de fevereiro de 2003 e n.º 45, de 3 de março de 2004. No exercício de 2004 foi contabilizado o montante de R\$19.161 (R\$15.713 em 2003), registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras. Ato contínuo, foi registrado contabilmente na rubrica de Fornecedores, no exigível a longo prazo, também em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas Financeiras, em função do repasse às geradoras.

	Instrumentos de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada até 31/12/04	Valor Amortizado até 31/12/04	Saldo a Amortizar em 31/12/04
Energia Livre	Resoluções nº 01/04 e 45/04.	119.954	34.874	53.278	101.550

3.3. VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA "A"

Período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001:

No exercício de 2002 foi homologado o montante de R\$61.521 através da Resolução Aneel n.º 482, de 29 de agosto de 2002.

Atualização Monetária:

O montante homologado está sendo atualizado nos mesmos termos da atualização monetária da Recomposição de Receita (Nota 3.1) e, no exercício de 2004, foi contabilizado o montante de R\$17.714 (R\$20.345 em 2003) em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras.

	Instrumentos de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada até 31/12/04	Valor Amortizado até 31/12/04	Saldo a Amortizar em 31/12/04
"Parcela A" período de 01/01/2001 a 25/10/2001	Resoluções nº 482/02 e 01/04	61.521	52.704		114.225

4. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIOS

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 Dias	Vencidos há		Total Curto Prazo		Total Longo Prazo	
			Mais de 90 Dias		31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Fornecimento								
Residencial	47.581	48.659	14.822		111.062	66.532		
Industrial	31.906	15.066	12.011		58.983	48.176		
Comercial	12.279	17.986	8.876		39.141	22.988		
Rural	728	484	164		1.376	910		
Poder Público								
Federal	1.229	1.104	136		2.469	1.554		
Estadual	2.342	395	392		3.129	2.473		
Municipal	2.921	2.096	5.518		10.535	6.532		
Iluminação Pública	5.751	6.965	8.586		21.302	16.134		
Serviço Público	1.148	103	729		1.980	2.794		
Não Faturado								
Fornecimento	136.448				136.448	136.491		
Realinhamento Tarifário	3.784				3.784			
Recomposição de Receita	76.789				76.789	78.944	110.805	145.946
Energia Livre	32.731				32.731	25.617	68.819	73.117
Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária								10.291
Outros	4.009				4.009	3.142	10.857	7.418
Subtotal – Consumidores	359.646	92.858	51.234		503.738	412.287	190.481	236.772
CONCESSIONÁRIOS								
CCEE	546		1.761		2.307	6.916	14.072	16.980
Outros	45.503				45.503	42.513		
Subtotal – Concessionários	46.049		1.761		47.810	49.429	14.072	16.980
Total	405.695	92.858	52.995		551.548	461.716	204.553	253.752

4.1 - PARCELAMENTO DA REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA

O reposicionamento tarifário provisório da Companhia, homologado através da Resolução Aneel nº 566, de 22 de outubro de 2003, foi de 18,08%, sendo que, para atender ao princípio da modicidade tarifária e a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, definida na revisão tarifária periódica de 23 de outubro de 2003, as tarifas foram reposicionadas em 14,68% a partir de 23 de outubro de 2003 e, para a diferença entre 18,08% e 14,68%, constituiu-se um Ativo Regulatório que seria compensado nos três reajustes tarifários subsequentes, através de acréscimos à Parcela "B" e que, até 30 de setembro de 2004, atingiu o montante de R\$52.691. Em função do fato relatado na Nota 14, a Companhia constituiu nesta data uma provisão para redução integral deste ativo.

4.2. CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

A Companhia tem registrado no ativo o montante de R\$16.379 e, no passivo circulante, o montante de R\$1.475, relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços do sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com base em cálculos elaborados e divulgados pela CCEE. Parte desses valores está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

4.3. CONCESSIONÁRIOS – OUTROS

Refere-se, basicamente, a montante a receber da Companhia Piratininga de Força e Luz, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001. Com a transferência parcial da concessão à Companhia Piratininga de Força e Luz, a Bandeirante tem créditos registrados decorrentes da aplicação da proporcionalidade estabelecida no protocolo de cisão, no montante de R\$41.738 (R\$40.517 em 2003).

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
IR sobre Prejuízos Fiscais	14.641	17.576	83.814	101.091
CS sobre Base Negativa	5.292	6.349	35.445	41.569
IR e CS sobre Demais Adições Temporárias	7.919	13.090	73.845	21.491
IR e CS sobre Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP	1.939	2.093	23.269	27.205
IR e CS sobre Crédito Fiscal Incorporado - Ágio	5.963	5.786	133.881	139.844
Total	<u>35.754</u>	<u>44.894</u>	<u>350.254</u>	<u>331.200</u>

5.1. Os créditos fiscais diferidos de longo prazo poderão ser realizados até o exercício de 2011, como abaixo demonstrado:

2006	2007	2008	2009	2010	2011
60.082	63.450	63.178	94.189	57.906	11.449

Para atendimento à Instrução CVM n.º 371/02, a Administração elaborou projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

5.2. O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio Líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

5.3. O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante, a qual foi contabilizada de acordo com as Instruções CVM n.º 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da Aneel, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em amortização anual média de R\$6.080 até o ano de 2027.

5.4. A projeção mencionada na Nota 5.1 indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas Notas 5.2 e 5.3, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

6. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA "A"

Período	Ativo			Passivo		
	Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo	
	31/12/04	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/04	31/12/03
De 01/01/01 a 25/10/01		114.225	96.511			
De 26/10/01 a 23/09/02	2.673	3.099	5.313	227	264	452
De 24/09/02 a 23/09/03	55.320	64.137	110.347	20.112	23.318	40.118
De 24/09/03 a 23/09/04	44.169		15.441	20.818		40.361
De 24/09/04 a 31/12/04		25.744			4.879	
Total	102.162	207.205	227.612	41.157	28.461	80.931

6.1. De 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes aos itens da Parcela "A" inseridas no contexto do Acordo do Setor Elétrico, como mencionado na Nota 3.

6.2. De 26/10/2001 a 23/09/2004 - No reajuste tarifário ocorrido em 23 de outubro de 2004 foram incluídos, na sua formação: 50% do saldo remanescente da CVA apurada no período de 26/10/2001 a 23/09/2002; 50% da CVA apurada no período de 24/09/02 a 23/09/03, a qual não havia sido considerada no reposicionamento tarifário de outubro de 2003, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003 e; 100% da CVA apurada no período de 24/09/03 a 23/09/04.

Os valores estão sendo atualizados pela variação da taxa Selic, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$12.696 (R\$9.265 em 2003) em contrapartida à receita financeira. No exercício foi amortizado o montante de R\$9.348 (R\$23.117 em 2003).

A Medida Provisória n.º 127, de 4 de agosto de 2003, convertida na Lei n.º 10.762/03, instituiu o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de que trata o artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, para os reajustes e revisões tarifárias realizados entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004, através de empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 11.8).

6.3. De 24/09/2004 a 31/12/2004 - Valores correspondentes aos itens da Parcela "A" que integrarão a base de cálculo de futuros reajustes tarifários.

7. ATIVO REGULATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS E COFINS

	Curto Prazo	Longo Prazo
	31/12/04	31/12/04
Ativo Regulatório de PIS	3.107	6.384
Ativo Regulatório de COFINS	8.296	16.965
Total	11.403	23.349

Em razão das alterações introduzidas pelas Leis nº 10.833/03 e 10.637/02, as quais majoraram a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% e do PIS de 0,65% para 1,65%, respectivamente, foi reconhecido no exercício de 2004 um Ativo Regulatório de PIS e COFINS no montante de R\$36.070, correspondente à diferença dessas tarifas não repassada para a tarifa. Desse montante, o valor de R\$10.925 foi incluído na formação do reajuste tarifário ocorrido em 23 de outubro de 2004, representando 0,53% do total do reajuste homologado. No exercício foi amortizado o valor de R\$1.318.

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Curto Prazo		Longo Prazo
	31/12/04	31/12/03	31/12/04
Despesas - Captação de Financiamento	1.438	2.178	8.868
Outros	705	1.259	
Total	<u>2.143</u>	<u>3.437</u>	<u>8.868</u>

9. IMOBILIZADO

	31/12/04	31/12/03
<u>Imobilizado em Serviço</u>		
Distribuição	1.648.689	1.554.008
Comercialização	61.016	5.629
Administração	40.541	35.490
(-) Depreciação e Amortização Acumulada		
Distribuição	(796.535)	(731.859)
Comercialização	(10.931)	(2.829)
Administração	(27.481)	(23.349)
Subtotal	<u>915.299</u>	<u>837.090</u>
<u>Imobilizado em Curso</u>		
Distribuição	74.895	79.512
Comercialização	(605)	42.382
Administração	6.281	7.391
Subtotal	<u>80.571</u>	<u>129.285</u>
<u>Atividades Não Vinculadas (Nota 5.3)</u>		
Ágio na Incorporação de Sociedade Controladora	460.584	460.584
Provisão para Perda de Ágio	(460.584)	(460.584)
Amortização Acumulada do Ágio	(47.855)	(32.255)
Amortização da Provisão para Perda de Ágio	47.855	32.255
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Obrigações Vinculadas à Concessão (Nota 2.1.f)</u>	<u>(140.426)</u>	<u>(129.809)</u>
Total	<u>855.444</u>	<u>836.566</u>

A taxa de depreciação média anual para o exercício de 2004 foi de aproximadamente 5,03% (4,6% em 2003).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. FORNECEDORES

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
<u>Suprimento de Energia Elétrica</u>				
Cesp	20.495	18.916		
AES Tietê	4.439	7.962		
Duke Energy	3.522	5.714		
Furnas	81.488	104.083		
Emae	5.204	4.355		
CCEE	1.015	1.472		
Energia Livre	44.139	30.056	65.569	71.563
EDP Lajeado	781	591		
Investco	84			
Enertrade	1.818	680		
Subtotal	162.985	173.829	65.569	71.563
<u>Encargos de Uso da Rede Elétrica</u>				
ONS	12.479	16.244		
Furnas	5.751	2.173		
CTEEP	11.134	6.426		
Investco	6			
Escelsa	10	6		
Eletropaulo (CUSD)	727	419		
Subtotal	30.107	25.268		
<u>Encargos de Serviços de Sistema</u>				
CCEE	460	997		
<u>Materiais e Serviços</u>				
	25.300	15.969		
Total	218.852	216.063	65.569	71.563

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

	31/12/04				31/12/03		
	Encargos		Principal		Encargos	Principal	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Banco Itaú BBA S.A.	310		7.786	3.185	576	8.475	11.942
Credit Suisse First Boston S.A.	11		53.088				
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	1.979			265.440			
Banco Santander Brasil S.A.		37		29.226			
Banco Safra S.A.					121	20.224	
Subtotal	2.300	37	60.874	297.851	697	28.699	11.942
<u>Moeda Nacional</u>							
Consumidores	218		164		201	160	
Eletróbrás	18		943	3.025		362	1.479
Arrendamento Mercantil						94	
BNDES - FINAME	71		3.591	6.646	52	3.248	7.551
BNDES - Recomp.Tar.Extr.	814		56.819	139.157	1.200	37.800	191.733
BNDES - CVA	687		43.324	39.207			
EDP Brasil S.A.	10.638		130.973			130.973	130.973
Contas Garantidas	183		1.000		865	65.583	
Notas Promissórias					9.738	180.000	
Juros s/ Fundo de Reversão	73				73		
Subtotal	12.702		236.814	188.035	12.129	418.220	331.736
Total	15.002	37	297.688	485.886	12.826	446.919	343.678

- 11.1. BANCO ITAÚ BBA S.A. - Contrato de repasse externo lastreado com recursos captados junto ao *DEG - Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MBH*, firmado em 5 de fevereiro de 2002. O saldo remanescente equivale a US\$4,1 milhões, com juros de 9,5% ao ano, a vencer semestralmente nos meses de março e setembro, com vencimento final em 15 de março de 2006, garantido por nota promissória e que estabelece ainda “covenants”, integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento resultaria em aumento da taxa de juros e até a antecipação do vencimento do contrato. Para este empréstimo foi realizada operação de swap cambial, com característica de hedge (Nota 25.5).
- 11.2. CREDIT SUISSE FIRST BOSTON S.A. - Resolução 2770/00 - composto por dois contratos, ambos firmados em 9 de março de 2004, no valor total de US\$36 milhões, sendo: a) contrato de US\$20 milhões, com principal e juros a vencer em 28 de dezembro de 2005, remunerado com juros de 2,5% ao ano; e b) contrato de US\$16 milhões, remunerado com juros de 2,5% ao ano, liquidado em 9 de junho de 2004. Os contratos são garantidos por notas promissórias. Para o contrato em vigor, foi realizada operação de swap cambial, com característica de hedge (Nota 25.5).
- 11.3. BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, integralmente liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:
- Tranche “A” - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.
 - Tranche “B” - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.
- Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de “covenants” (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato. Para este empréstimo foram realizadas operações de swap cambial, com característica de hedge (Nota 25.5).
- 11.4. BANCO SANTANDER BRASIL S.A. - Resolução 2770/00 - contrato de US\$11 milhões, firmado em 20 de dezembro de 2004, com juros de 4,15% ao ano e garantido com nota promissória, com vencimento de principal e encargos em uma única parcela em 11 de dezembro de 2006. Para este empréstimo foi realizada operação de swap cambial, com característica de hedge (Nota 25.5).
- 11.5. BANCO SAFRA S.A. - Resolução 2770/00 - Contrato firmado em 5 de janeiro de 2001, com juros de 5% ao ano e garantido com nota promissória, liquidado em 17 de maio de 2004. Para este empréstimo foi realizada operação de swap cambial, com característica de hedge.
- 11.6. EDP BRASIL S.A. - Refere-se a contrato firmado em 27 de dezembro 2001, sem apresentação de garantias, no valor original de R\$472.879. As parcelas são reajustadas nas datas dos efetivos pagamentos, adotando-se como teto para os encargos do contrato o menor valor entre a taxa de CDI e o custo equivalente a Libor + 0,875% ao ano, acrescido da variação do IGP-M, conforme determinação da Aneel, através do Ofício n.º 106 - SFF/Aneel, de 20 de dezembro de 2001. Em 28 de julho de 2003, foi celebrado o 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Títulos estabelecendo que, em 31 de dezembro de 2003, o saldo total remanescente (principal e encargos) tornou-se “novo principal”, a liquidar em 24 parcelas, mensais e sucessivas, de janeiro de 2004 a dezembro de 2005 e os juros incidentes sobre o “novo principal” vencíveis em quatro parcelas semestrais a partir de julho de 2004.

- 11.7. BNDES - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em 13 de fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei n.º 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$306.105, equivalentes a 90% do valor da Recomposição de Receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 (Notas 3.1 e 3.3). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da Selic. A parcela de crédito no valor original de R\$250.736 e respectivos juros está sendo amortizada mensalmente desde março de 2002, em 55 prestações mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de setembro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$55.369 deverá ser amortizada em 9 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2006 e a última em 15 de junho de 2007 e, durante a carência, os juros estão sendo integralizados ao principal do empréstimo. Ambos com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 5,95% até abril de 2003 e 3,77% a partir de maio de 2003, do faturamento mensal da Companhia.
- 11.8. BNDES - CVA - Contrato firmado em 7 de abril de 2004, em consonância com o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica conforme Lei n.º 10.762/03. Destina-se a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação dos mecanismos de compensação das variações dos itens da Parcela "A", para os reajustes e revisões tarifárias anuais referentes ao período compreendido entre 8 de abril de 2003 e 7 de abril de 2004. No exercício de 2004 foram liberados recursos no montante de R\$78.134. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da Selic, capitalizados no dia 15 de cada mês desde a data da liberação dos recursos até o dia 14 de dezembro de 2004 e exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de dezembro de 2004, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de novembro de 2006, com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 2,77% do faturamento mensal da Companhia.
- 11.9. CONTAS GARANTIDAS - Referem-se a empréstimos obtidos junto a diversas instituições financeiras nacionais, para cobertura do fluxo de caixa operacional, com taxa de juros média de 106% do CDI, garantidos por notas promissórias de em média 120% do valor do principal.
- 11.10. NOTAS PROMISSÓRIAS - Em 24 de setembro de 2003 foi efetivada pela Companhia a emissão de trezentas e sessenta notas promissórias, com valor unitário de R\$500, em subscrição pública e resgatadas integralmente no seu vencimento em março de 2004.

11.11. PROGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - PRINCIPAL E ENCARGOS DE LONGO PRAZO

Vencimento	Moeda		Total
	Estrangeira	Nacional	
2006	85.898	123.240	209.138
2007	71.267	62.641	133.908
2008	71.266	854	72.120
2009	30.727	541	31.268
2010	17.207	115	17.322
2011	17.207	115	17.322
2012	4.316	115	4.431
2013 a 2016		414	414
Total	297.888	188.035	485.923

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/04		31/12/03
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
<u>Compensáveis - Ativo</u>			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	802		53.840
ICMS	13.377		7.278
PIS e COFINS	12.110		2.620
PIS e COFINS sobre Diferença de Reposicionamento Tarifário			
Provisório		5.983	
Outros	2.014		1.480
Total	<u>28.303</u>	<u>5.983</u>	<u>65.218</u>
 <u>A Recolher - Passivo</u>			
ICMS	61.039		49.248
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	5.124		17.633
PIS e COFINS	24.020		12.927
Outros	3.181		1.002
Total	<u>93.364</u>		<u>80.810</u>

13. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/04		31/12/03	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS e FGTS	2.226		1.995	
Folha de Pagamento	10.855		8.319	
Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS	19.157	50.776	28.690	54.563
Total	<u>32.238</u>	<u>50.776</u>	<u>39.004</u>	<u>54.563</u>

13.1 *Folha de Pagamento* - Refere-se a provisão de férias e respectivas gratificações e encargos sociais, além da provisão para Participação nos Lucros e Resultados do exercício de 2004.

13.2 *Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS* - em outubro de 2003, a Companhia reavaliou os aspectos relacionados ao momento de incidência tributária sobre as receitas registradas nos exercícios de 2001 e 2002 no âmbito da Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na Nota 3, passando a reconhecer a exigibilidade da tributação quando do efetivo ressarcimento desses valores, suportada pelo Parecer COSIT 26/2002.

Nesse contexto, a correspondente exigibilidade futura foi registrada no passivo circulante e no exigível a longo prazo, de acordo com a expectativa de ressarcimento desses valores, iniciada em janeiro de 2002, sendo que os tributos anteriormente recolhidos foram transformados em créditos fiscais, com atualização pela taxa Selic (R\$25.702 no exercício de 2003 - Nota 20), cuja compensação ocorreu entre outubro de 2003 e março de 2004, com saldo remanescente de R\$52.513 ao final do exercício de 2003, incluído no ativo circulante na rubrica Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis. Na ocasião, também foram reconhecidos os créditos fiscais diferidos sobre a recomposição de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$32.042.

Em dezembro de 2004, contudo, verificou-se que a contabilização da provisão para o imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2003 foi involuntariamente efetuada por valor diverso do adequado, tendo em vista os cálculos e dados básicos à época, sendo necessária sua complementação pelo montante de R\$34.301. Por não se referir a ajustes de provisões ou avaliação de riscos estimados ou, ainda, insuficiência de informações existentes à época de sua constituição, essa complementação foi registrada em 2004 a débito da conta de lucros acumulados, diretamente no patrimônio líquido. No contexto descrito no último parágrafo da

Nota 2, tal ajuste está apresentado “pro forma” nas demonstrações financeiras do exercício de 2003.

14. DIFERENÇA DE REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO PROVISÓRIO - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA.

A Aneel, através da Resolução Homologatória nº 243, de 18 de outubro de 2004, decidiu rever o reposicionamento tarifário provisório, de 23 de outubro de 2003, de 18,08% (Nota 4.1) para 10,51%, em função de revisão, pelo Órgão Regulador, da Base de Remuneração utilizada anteriormente.

Este valor de reposicionamento é provisório, até que a Aneel valide o “Laudo de Avaliação da Base de Remuneração”, entregue pela Companhia e realizado por avaliador independente credenciado pelo Órgão Regulador.

Não obstante o caráter provisório do reposicionamento tarifário, a administração da Companhia decidiu, por prudência, registrar em setembro de 2004 provisão no valor de R\$64.678, correspondente à diferença integral de receita entre o reposicionamento tarifário provisório de 14,68% aplicado, a partir de 23 de outubro de 2003, sobre as tarifas de fornecimento e o novo reposicionamento tarifário provisório de 10,51%.

O efeito total daquela Resolução incluindo a provisão integral do Ativo Regulatório mencionada na Nota 4.1, reduziu o resultado líquido do exercício de 2004 em R\$70.298 (sendo R\$13.748 de competência de 2003).

O reposicionamento tarifário definitivo deverá acontecer até 23 de outubro de 2005.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CURTO E LONGO PRAZOS)

	31/12/04			31/12/03		
	Passivo		Ativo	Passivo		Ativo
	Aumento (Redução) no Exercício	Saldo das Contingências	Saldo dos Depósitos Judiciais/ Consignação	Aumento (Redução) no Exercício	Saldo das Contingências	Saldo dos Depósitos Judiciais/ Consignação
<u>Trabalhistas</u>						
Diversos	(3.184)	2.448	2.632	1.803	5.632	1.325
<u>Cíveis</u>						
Consumidores Industriais	3.622	34.839	778	15.720	31.217	2.530
<u>Fiscais</u>						
COFINS	3.619	45.796	8.876	5.707	42.177	8.312
Imposto de Renda		5.618	4.767	1.393	5.618	4.423
Outros	339	699	52	(611)	360	739
	<u>3.958</u>	<u>52.113</u>	<u>13.695</u>	<u>6.489</u>	<u>48.155</u>	<u>13.474</u>
Total	<u>4.396</u>	<u>89.400</u>	<u>17.105</u>	<u>24.012</u>	<u>85.004</u>	<u>17.329</u>

15.1. TRABALHISTAS - Ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme o Protocolo de Cisão Parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

15.2. CONSUMIDORES INDUSTRIAIS - Pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

- 15.3. COFINS - MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA - A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei n.º 9718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. Porém, conservadoramente, provisionou o diferencial de base e adicional de 1% nas demonstrações contábeis. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2004 é composto por R\$24.077 de principal e R\$21.719 de encargos.
- 15.4. IMPOSTO DE RENDA - Contestação da indedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002.
- 15.5. A Companhia é parte em outros processos judiciais ainda em andamento, de naturezas administrativa, fiscal, trabalhista e cível, advindos do transcurso normal de suas operações, cujas materializações, na avaliação dos consultores jurídicos, são possíveis ou remotas, não requerendo o seu provisionamento.

16. FUNDAÇÃO CESP

16.1. COMPOSIÇÃO DO SALDO

	31/12/04		31/12/03	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BSPS - Reservas a Amortizar	12.451	92.569	14.062	91.614
Programas Assistenciais	3.460		4.028	
Total	15.911	92.569	18.090	91.614

Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$105.020, apurado em 31 de dezembro de 2004, de acordo com a deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit será liquidado em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. O percentual de contribuição atual é de 25,61% e o para o primeiro semestre de 2005 é de 26,53%.

16.2. PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Os planos de benefícios previdenciários em favor de empregados e ex-empregados da Companhia são administrados e geridos pela Fundação Cesp, entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado dos patrimônios das Patrocinadoras sem solidariedade contributiva. Para os empregados e ex-empregados da Companhia, a Fundação Cesp gere os seguintes Planos Previdenciários:

16.2.1. Plano BD - Vigente até 31 de março de 1998:

Plano de Benefício Saldado, do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

16.2.2. Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998:

Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem

apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

16.2.3. Plano CD:

Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

16.3. CÁLCULO DO ATIVO LÍQUIDO RELATIVO AOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS DO TIPO BENEFÍCIO DEFINIDO DA FUNDAÇÃO CESP (PSAP/BANDEIRANTE) PATROCINADO PELA COMPANHIA - POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Valor presente da obrigação atuarial	R\$257.279
Valor justo dos ativos do plano	R\$152.259
Valor da obrigação atuarial líquida dos ativos	R\$105.020

A Companhia optou em 2001 pela alternativa prevista no parágrafo 84 do pronunciamento do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovado pela Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, registrando o valor de R\$104.892 a débito do Patrimônio Líquido. Nesse montante, foi destacada a parcela de redução tributária decorrente das despesas, a qual está apropriada no Ativo como Créditos Tributários (Nota 5.2). No exercício de 2004 foi registrado o valor de R\$656 a crédito no resultado (R\$211 a débito em 2003), em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo em função do laudo atuarial de 31 de dezembro de 2004 ter indicado a necessidade dessa redução à referida provisão.

16.3.1. Premissas Atuariais Utilizadas:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 10,76% ao ano.
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano: 10,76% ao ano (essa taxa foi identificada com base em estudos específicos, que consideram a perspectiva de rendimento esperado, suportada por projeções).
- Taxa de crescimento salarial: 7,12% ao ano.
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 4% ao ano.
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,98 (ou 98%).
- Taxa de rotatividade: Considerada nula a partir do momento em que o participante completa 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios Definidos e passa a ter direito, em caso de perda do vínculo empregatício, ao Benefício Proporcional Diferido (BPD) de valor equivalente ao seu direito acumulado no Plano.
- Tábua Geral de Mortalidade: GAM-83 (q_x).
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MÉDIA (i_x).
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Igual a $1/3$ de $\left[q_x^{(GAM-83)} \times 2 + q_x^{i(IAPB-55)} \times 1 \right] (q_x^i)$.
- Tábua de Mortalidade de Ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para $q_x^i / i_x^i / q_x^i$.
- Composição de Família: experiência observada no âmbito das patrocinadoras da Fundação Cesp.

16.3.2. Dados Cadastrais Utilizados (Em 31 de outubro de 2004):

ATIVOS

- Participantes ativos: 1.218.
- Tempo médio de serviço na Companhia: 13 anos.
- Idade média: 35 anos.
- Salário médio mensal: R\$3.351,54.
- Tempo remanescente de atividade: 18 anos.

Foram avaliados também 202 participantes ativos “coligados”, que têm direito ao Benefício Diferido por desligamento, no valor médio mensal de R\$173,24.

INATIVOS

- Participantes aposentados e pensionistas: 300.
- Idade média: 49 anos.
- Benefício médio mensal: de R\$1.530,35 a R\$1.904,90 para os originados dos Planos de Benefício Definido, e de R\$29,07 a R\$59,78 para os originados do Plano de Contribuição Definida convertidos em Benefício Definido após a concessão dos benefícios.

16.4. O total de contribuições feitas pela Companhia, consignado na demonstração de resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas, foi:

	<u>31/12/04</u>	<u>31/12/03</u>
<u>Contribuição</u>		
BSPS - Reservas a Amortizar	12.090	11.093
Plano Misto - Contribuições Mensais	3.167	3.083
Total	<u>15.257</u>	<u>14.176</u>

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Posição em 31 de dezembro de 2004 e 2003

<u>ACIONISTAS</u>	<u>QUANTIDADE DE AÇÕES</u>					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>TOTAL</u>	<u>%</u>
EDP Brasil S.A.	15.208.129.233	97,75	22.517.337.283	95,69	37.725.466.516	96,50
Cia. Metropolitana de S.Paulo - METRÔ	350.832.212	2,25			350.832.212	0,90
Universidade de São Paulo			80.303.382	0,34	80.303.382	0,21
Outros	6.021		935.126.906	3,97	935.132.927	2,39
Total	<u>15.558.967.466</u>	<u>100,00</u>	<u>23.532.767.571</u>	<u>100,00</u>	<u>39.091.735.037</u>	<u>100,00</u>

17.2. DIVIDENDOS

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do Lucro Líquido Ajustado, na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei. No exercício de 2004, os dividendos incluem Juros Sobre Capitais Próprios - JSCP e dividendos intermediários, sendo o valor de R\$58.005 pagos com base no valor revertido da Reserva de Retenção de Lucros, e foram calculados como segue:

	31/12/04	31/12/03
Lucro Líquido Apurado no Exercício	129.818	98.655
Constituição de Reserva Legal - 5%	(6.491)	(4.932)
Lucro Líquido Ajustado	<u>123.327</u>	<u>93.723</u>
Dividendos	<u>88.837</u>	<u>23.431</u>
<u>Dividendos (25% do Lucro Líquido Ajustado)</u>		
Dividendos Intermediários	11.995	
Dividendos a Pagar	<u>18.837</u>	<u>23.431</u>
	<u>30.832</u>	<u>23.431</u>
<u>Dividendos Intermediários (com base na reversão parcial da Reserva de Retenção de Lucros)</u>		
JSCP (montante bruto)	51.128	
Dividendos Intermediários	<u>6.877</u>	
	<u>58.005</u>	
Destinação para Reserva de Retenção de Lucros	<u>92.495</u>	<u>70.292</u>
Dividendos por lote de mil ações - em Reais		
Ordinárias	0,90984410	0,5653351
Preferenciais	1,00082851	0,6218686
JSCP - montante bruto por lote de mil ações - em Reais		
Ordinárias	1,23363865	
Preferenciais	1,35700252	

Os Juros Sobre Capital Próprio foram calculados em conformidade com o artigo 9 da Lei nº 9.249/95, observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Para fins de dedutibilidade na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, foram registrados no grupo de Despesas Financeiras (Nota 20) e, em seguida, para atendimento à deliberação CVM nº 207/96, foram reclassificados para o Patrimônio Líquido.

17.3. RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Constituída a partir do exercício de 2001 e complementada nos exercícios de 2002, 2003 e 2004 para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia, que se encontra previsto no orçamento de capital, a ser submetido à Assembléia, o qual é necessário para que esteja em condições não só de atender à demanda dos seus consumidores como, também, para a melhoria constante da qualidade dos serviços oferecidos aos mesmos.

No exercício de 2003, no contexto descrito no último parágrafo da Nota 2, foi efetuada a reversão do montante de R\$34.301 para lucros acumulados.

No exercício de 2004, a Administração da Companhia, em função das adequações efetuadas na sua estrutura de capital e do custo médio de capital compatível com o seu negócio, reverteu o montante de R\$58.005 para distribuição de dividendos aos acionistas.

17.4. RESERVAS DE CAPITAL

	31/12/04	31/12/03
Doações e Subvenções para Investimento	177.342	177.342
Incentivos Fiscais	787	787
Ágio na Incorporação de Sociedade (Nota 5.3)	156.599	156.599
Total	<u>334.728</u>	<u>334.728</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	nº de Clientes Faturados (*)		MWh (*)		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
<u>Fornecimento de Energia Elétrica</u>						
Residencial	1.164.452	1.133.687	2.282.686	2.132.164	884.501	735.585
Industrial	8.406	8.625	4.354.868	5.226.696	888.167	895.711
Comercial	83.365	81.250	1.235.234	1.180.262	404.745	345.732
Rural	7.906	7.791	86.131	84.870	15.680	13.207
Poderes Públicos	6.405	5.920	212.464	213.092	66.103	56.414
Iluminação Pública	1.100	972	305.593	314.318	63.442	58.523
Serviço Público	895	861	335.011	388.118	64.341	63.262
Total do Fornecimento Faturado	<u>1.272.529</u>	<u>1.239.106</u>	<u>8.811.987</u>	<u>9.539.520</u>	<u>2.386.979</u>	<u>2.168.434</u>
Fornecimento não faturado (Nota 2.1 item k(i))					(44)	36.333
Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária (Nota 4.1)					(10.228)	10.228
Diferença de Reposicionamento Tarifário Provisório (Nota 14)					(64.678)	
Recomposição Tarifária Extraordinária (Nota 3)					(107.633)	(99.123)
Realinhamento Tarifário					3.819	
Redução de Receita - Baixa Renda						(1.134)
					<u>2.208.215</u>	<u>2.114.738</u>
<u>ECE e EAEEE</u>					<u>119.928</u>	<u>82.515</u>
<u>Outras Receitas Operacionais</u>						
Disponibilidade da Rede Elétrica					143.510	39.324
Energia de Curto Prazo					658	13.992
Energia Livre					15.762	(3.947)
Serviços Taxados e Outros					20.928	19.308
					<u>180.858</u>	<u>68.677</u>
Total da Receita Operacional Bruta					<u>2.509.001</u>	<u>2.265.930</u>
<u>(-) Deduções da Receita Operacional</u>						
RGR					(18.153)	(15.614)
ECE e EAEEE - Repasse					(98.465)	(68.168)
ICMS					(472.677)	(406.385)
Pis e Cofins					(86.210)	(80.208)
ISS					(70)	(29)
					<u>(675.575)</u>	<u>(570.404)</u>
Total da Receita Operacional Líquida					<u>1.833.426</u>	<u>1.695.526</u>

(*) Não auditado.

19. DESPESAS OPERACIONAIS

	2004	2003
<u>Despesas com Vendas</u>		
Propaganda e Publicidade	(2.371)	(621)
Corte e Religa, Leitura de Medidores, Entrega e Cobrança de Contas	(11.506)	(8.140)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.896)	(3.692)
Perdas Líquidas - Consumidores e Concessionários	(21.786)	(12.835)
Subtotal	<u>(48.559)</u>	<u>(25.288)</u>
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>		
Pessoal	(50.828)	(36.814)
Materiais	(3.934)	(3.601)
Serviços de Terceiros	(45.960)	(41.906)
Arrendamentos e Aluguéis	(2.692)	(3.846)
Tributos	(1.276)	(427)
Outros	(4.602)	(7.933)
Subtotal	<u>(109.292)</u>	<u>(94.527)</u>
<u>Depreciação e Amortização</u>	<u>(3.316)</u>	<u>(4.750)</u>
<u>Outras Despesas Operacionais</u>	<u>(4.366)</u>	<u>(1.724)</u>
Total das Despesas Operacionais	<u>(165.533)</u>	<u>(126.289)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2004	2003
<u>Receitas Financeiras</u>		
Varição Monetária e Acréscimo Moratório - Energia Vendida	30.676	25.019
Operações de Swap e Hedge	7.087	16.551
SELIC sobre Parcela "A", Recomposição de Receita, Energia Livre e Parcelamento da Revisão Tarifária Ordinária	88.419	103.040
PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras	(8.456)	(8.112)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	28.973	4.317
SELIC sobre Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	5.943	25.702
Outras Receitas Financeiras	3.824	4.117
Subtotal	<u>156.466</u>	<u>170.634</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Varição Monetária e Acréscimo Moratório - Energia Comprada	(509)	(720)
Encargos de Dívidas Líquidos	(105.263)	(150.867)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(2.054)	(1.896)
Juros e Multa - COFINS - Provisão	(3.619)	(5.176)
Operações de Swap e Hedge	(79.674)	(40.068)
SELIC sobre Energia Livre	(18.663)	(15.426)
CPMF	(12.554)	(10.900)
Crédito de PIS e COFINS sobre Despesas Financeiras	7.177	3.068
Juros sobre Capital Próprio	(51.128)	
Outras Despesas Financeiras	(3.811)	(16.173)
Subtotal	<u>(270.098)</u>	<u>(238.158)</u>
Total	<u>(113.632)</u>	<u>(67.524)</u>

21. ENCARGOS FINANCEIROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS CAPITALIZADAS

De acordo com a Instrução Contábil n.º 10 item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	2004	2003
Encargos de Dívidas Contabilizados no Resultado	106.011	153.223
Transferência para o Imobilizado em Curso	(748)	(2.356)
Líquido	<u>105.263</u>	<u>150.867</u>
Variações Monetárias e Cambiais Contabilizadas no Resultado	2.037	(3.713)
Transferência para o Imobilizado em Curso	17	5.609
Líquido	<u>2.054</u>	<u>1.896</u>
Despesas Financeiras Associadas - Operações de Swap, transferidas para o Imobilizado em Curso	(812)	(8.765)
Total Capitalizado	<u>(1.543)</u>	<u>(5.512)</u>

22. RESULTADO - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2004	2003	2004	2003
Lucro antes do IR e CSLL	133.897	102.185	133.897	102.185
Adições	309.745	104.072	306.127	99.117
Exclusões	(120.505)	(98.814)	(120.505)	(98.815)
Exigibilidade Suspensa (Nota 15.4)		(6.457)		
	323.137	100.986	319.519	102.487
Compensação 30%	(96.941)	(30.296)	(95.856)	(30.746)
	226.196	70.690	223.663	71.741
Alíquotas Nominais de IR e CSLL	25%	25%	9%	9%
Provisão de IR e CSLL	(56.549)	(17.673)	(20.130)	(6.457)
Incentivos Fiscais	1.712	424		
Outros	6.855	(6.632)	2.281	(1.813)
IR e CSLL - Diferidos	7.454	(3.770)	3.170	(1.910)
Total	<u>(40.528)</u>	<u>(27.651)</u>	<u>(14.679)</u>	<u>(10.180)</u>

No exercício de 2004 destacam-se as adições temporárias, nas apurações de IR e CSLL, referentes às provisões mencionadas nas notas 4.1 e 14.

23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	31/12/04	31/12/03
Subestações	302.800	300.050
Almoxarifados	9.467	10.381
Prédios e Conteúdos (Próprios)	24.164	31.399
Prédios e Conteúdos (Terceiros)	8.872	5.041
Transportes (Materiais)	12.000	12.000
Responsabilidade Civil	23.049	21.168
Subtotal	<u>380.352</u>	<u>380.039</u>
Transportes (Veículos)	1.800	1.800
Acidentes Pessoais/Viagens	10.000	10.000
Subtotal	<u>11.800</u>	<u>11.800</u>
Total	<u>392.152</u>	<u>391.839</u>

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Empresa	Transação	Transações no Exercício		Saldo em 31 de Dezembro	
		2004	2003	2004	2003
<u>Empréstimos e Financiamentos (Nota 11.6)</u>					
EDP Brasil S.A	<i>Liquidação de Principal</i>	130.973	150.000		
	<i>Liquidação de Encargos</i>	16.609	29.754		
	<i>Encargos Provisionados</i>	27.247			
	Saldo a pagar:				
	- <i>Principal</i>			130.973	261.946
	- <i>Encargos</i>			10.638	
<u>Serviços de Informática</u>					
Edinfor	<i>Aquisição</i>	30.463	21.805	4.302	937
Ace	<i>Aquisição</i>	2.145	15.540	127	533
<u>Operações com Energia Elétrica</u>					
EDP Lajeado	<i>Aquisição de Energia Elétrica para Revenda</i>	8.677	6.956	781	591
Investco	<i>Aquisição de Energia Elétrica para Revenda e Uso da Rede Básica</i>	1.088	689	90	
Enertrade	<i>Energia Elétrica para Revenda</i>				
	- <i>Aquisição</i>	18.595	680	1.818	
	- <i>Venda</i>		779		

Os saldos em aberto com Partes Relacionadas na data do balanço, exceto de empréstimos e financiamentos, estão demonstrados no Passivo Circulante, na rubrica Fornecedores.

Todas as transações foram efetuadas a valores de mercado e estão suportadas por contratos que foram submetidos à autorização da Aneel.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

25.2. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e Financiamentos (Nota 11) e Operações de Hedge (Nota 25.5). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

25.3. RISCO DE CRÉDITO

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, os valores da CCEE também representam risco, no contexto descrito na Nota 4.2.

25.4. OPERAÇÕES DE SWAP

- Operação de Swap com o Banco Votorantim realizada em 21 de junho de 2002, no valor base - “*notional*” - de R\$160.000, sendo o valor garantido pelo Banco remunerado à taxa de 17% ao ano em contrapartida à variação do IGP-M acrescido de 11,5% ao ano garantido pela Companhia, incidentes sobre o valor presente da operação, sendo o resultado sobre o “*notional*” de R\$75.000, liquidado em 02 de maio de 2003, e sobre o “*notional*” de R\$85.000 liquidado em 3 de maio de 2004. A operação gerou um prêmio de R\$16.801, registrado nos Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, que foi reconhecido no resultado durante o período de vigência do contrato.
- Operação de Swap com o Banco Votorantim realizada em 1º de agosto de 2002, no valor base - “*notional*” - de R\$160.000, sendo o valor garantido pelo Banco remunerado à taxa de 18% ao ano em contrapartida à variação do IGP-M acrescido de 11,5% ao ano garantido pela Companhia, incidentes sobre o valor presente da operação, sendo o resultado sobre o “*notional*” de R\$75.000, liquidado em 30 de abril de 2003, e sobre o “*notional*” de R\$85.000 liquidado em 30 de abril de 2004. A operação gerou um prêmio de R\$13.900, registrado nos Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, que foi reconhecido no resultado durante o período de vigência do contrato.

25.5. OPERAÇÕES DE HEDGE

A Companhia, com o intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2004 as seguintes operações de Hedge:

- BANCO ITAÚ BBA S.A. - Troca de variação cambial mais juros de 9,5% ao ano, da dívida junto à mesma instituição (Nota 11.1), por variação do CDI mais 1,75% ao ano. A diferença entre os índices encontra-se registrada no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo no valor de R\$2.091 e R\$822, respectivamente;
- BANCO SANTANDER BRASIL S.A. - Troca de variação cambial mais juros de 4,15% ao ano, da dívida junto à mesma instituição (Nota 11.4), por variação de 108% do CDI, com vencimento para 11 de dezembro de 2006. A diferença entre os índices encontra-se registrada no Passivo Exigível a Longo Prazo no valor de R\$926;
- CREDIT SUISSE FIRST BOSTON S.A. - Troca de variação cambial mais juros de 2,5% ao ano, da dívida junto à mesma instituição (Nota 11.2), por variação de 103,5% do CDI, com vencimento em 28 de dezembro de 2005. A diferença entre os índices encontra-se registrada no Passivo Circulante no valor de R\$976;
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Para cada parcela liberada do financiamento junto ao BID - tranche “A” e Consórcio de Bancos - tranche “B” (Nota 11.3), no montante de US\$100 milhões, foram contratadas junto ao Banco Citibank S.A. e Banco J.P. Morgan S.A. operações para troca dos encargos originais do financiamento, por remunerações baseadas no intervalo de 114,95% a 123,29% do CDI. O montante correspondente a diferença entre os índices encontra-se registrado no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo, nos valores de R\$3.080 e R\$43.107, respectivamente.

26. NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

O Governo Federal, através do Ministério das Minas e Energia - MME, apresentou à sociedade a sua proposta para a reforma do setor elétrico nacional, especialmente no que concerne ao modelo institucional e respectivo arcabouço regulatório, culminando com a edição das Medidas Provisórias nº 144 e 145, ambas de 10 de dezembro de 2003, posteriormente convertidas nas Leis nº 10.848 e 10.847, ambas de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5163, de 30 de julho de 2004.

No âmbito das Distribuidoras, destaca-se a necessidade de apresentarem cobertura contratual para 100% de seus requisitos de mercado de longo prazo, obrigatoriamente contratada através

de leilões públicos operacionalizados pela Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia não espera efeitos econômico-financeiros relevantes decorrentes da nova regulamentação.

27. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A EDP Brasil S.A. e certas controladas, entre elas a Bandeirante, protocolaram na Aneel, em 19 de abril de 2004, pedido de autorização prévia para realização de reorganização societária, que se espera concluir no exercício de 2005. O objetivo é simplificar a estrutura societária dessas empresas, capturar sinergias e consolidar exclusivamente na EDP Brasil a liquidez e a dispersão dos valores mobiliários de emissão das companhias, com vistas a uma futura adesão ao segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa.

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Bandeirante Energia S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Como descrito na Nota 2, apenas para fins de comparação, as demonstrações financeiras do exercício de 2003 estão apresentadas "pro forma" de modo a incorporarem reclassificações e ajustes daquele exercício.

- 5 Conforme mencionado nas Notas 4.1 e 14, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da companhia. Em 23 de outubro de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, e essa alteração resultou na redução do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 no montante de R\$ 70.298 mil. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004 não contemplam outros ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP